



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS
Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

15ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
COMITÊ NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA

Data e horário: 20 de outubro de 2022, das 09:00hs às 12h.

Local: virtual

Telefone para contato: (61) 2027-3337

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Abertura

- **Pauta: Extrato de Denúncias**
 - 1.1 Registro dos membros e quórum**
- **Horário do início do ponto de pauta:** 9:23 hs.
- **Condução:** Presidente – Sofia Fromer.
- **Quórum para abertura:** 14
- **14 presentes – 8 da Sociedade Civil e 5 de governo**

Representantes da sociedade civil	Representantes de Governo
1. Ass. ^a Popular Maria Felipa 2. Agenda Nacional pelo Desencarceramento 3. ITTC 4. Somos 5. Educafro 6. Gajop 7. Rede de Proteção e Resistência contra o Genocídio 8. Anadep	1. MMFDH 2. SNPG/MMFDH 3. MD 4. Mcidadania 5. MJ 6. MEC
Soma SC: 8	Soma RG: 5
Total: 14	

2. Abertura, leitura e aprovação da pauta.

A vice-presidente abriu a reunião, a pauta foi aprovada e houve uma ponderação sobre o tratamento de denúncias.

3. Pauta Temática

3.1. Informe Denúncias – leitura do extrato

3.2. Acórdão do CNJ a respeito do sistema penitenciário e socioeducativo do Ceará

Relatoria: a definir

Envio das denúncias

Audiência com autoridades na próxima ordinária: GMF, VEP/TJCE, DPE, MPE, SEAP/CE, CEPCT, CEDH, Frente pelo Desencarceramento do CE e MNPCT

Discutir fluxo na mesa diretora

Encaminhamento: Fluxo de denúncias como pauta da próxima RO e convite às autoridades para a audiência.

3.3. Denúncia de Violação e Direitos Humanos no CDP de Maratázes/ES

Relatoria: Fernanda Oliveira – Ass. Pop Maria Felipa

3.4. Denúncia de irregularidades na PSM I, em Viana/ES

Relatoria: Fernanda Oliveira – Ass. Pop Maria Felipa

3.5. Denúncia em Curado/PE

Relatoria: Maria Clara – Gajop

Encaminhamentos:

- 1- Serão encaminhados em relatório final mais aprofundado apresentado pela Maria Clara na próxima Reunião Ordinária – 38ª RO.
- 2- Convidar o relator da Corte Interamericana de Direitos Humanos para a 38ª RO.

4. Encerramento da reunião

A Vice-presidente, no exercício da presidência, declarou encerrada a reunião.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

DEGRAVAÇÃO

15ª Reunião Extraordinária do CNPCT

Dia: 20/10/2022

Brasília/DF



DEGRAVAÇÃO

15ª Reunião Extraordinária do CNPCT

1 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Pessoal que for entrando aí,
2 puder registrar presença no Chat para efeito do quórum para facilitar a nossa
3 contagem de quórum.

4 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Natália, acho que pode fazer uma
5 checagem, viu, por gentileza.

6 **Sra. Natália** – Pela sociedade civil, nós temos Maria Felipa, agenda nacional pelo
7 desencarceramento, ITTC, SOMOS, EDUCAFRO, GAJOP, rede de proteção e
8 resistência contra o genocídio e ANADEP, 8. Esqueci alguém da sociedade civil?

9 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – SOMOS.

10 **Sra. Natália** – Não, já falei. Pelo governo, o Ministério da Mulher, da Família e
11 Direitos Humanos, Ministério da Defesa, Ministério da Cidadania, Ministério da
12 Justiça e a SNPG agora. Cinco, cinco com oito, 13.

13 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Está faltando um então para
14 completar o quórum, não é?

15 **Sra. Natália** – Sim. O Secretário Ezequiel disse que ia entrar, mas acho que ainda
16 não conseguiu. O Sérgio do Ministério da Educação entrou agora, aí dar o quórum.

17 **Sr. Sérgio de Oliveira (Titular - Ministério da Educação)** – Bom dia, pessoal, me
18 perdoem o atraso, mas o meu computador estava sem Internet. Agora que
19 consegui.



20 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Com a presença do MEC,
21 fechamos o quórum então, não é, Natália? Perfeito.

22 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
23 Bom, a gente pode começar nossa reunião, não é? Estão me ouvindo bem? Bom
24 dia a todos e todas. Vou aqui abrir a nossa pauta. Pronto, a gente fez aqui o registro
25 dos membros do quórum, agora vão fazer a leitura daquele ponto que ficou faltando
26 da Reunião Ordinária, que era o ponto 7 do segundo dia de reunião. Então, primeiro
27 eu tenho esses informes de denúncia, esse acórdão do CNJ a respeito do...
28 Socioeducativo do Ceará, denúncia de violação de direitos humanos do CDP de
29 Marataízes/ES, denúncia de irregularidade em Viana/ES e denúncias do Curado e
30 depois a revisão do cenário executivo. Então, vou passar primeiro para o João, que
31 acho que ele é que tem esses informes e, na sequência, a gente vai seguindo para
32 as outras pautas aqui.

33 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Natália, você pode apresentar o informe
34 sobre o regimento de tratamento da denúncias e depois abrir o extrato das
35 denúncias para a gente comentar, por gentileza?

36 **Sra. Natália** – Vocês estão vendo a tela?

37 **Interlocutor não Identificado** – Sim, só aumenta um pouco, se puder colocar em
38 ordem de apresentação, que melhora a visualização.

39 **Sra. Natália** – Estão conseguindo ver?

40 **Interlocutor não Identificado** – Agora melhorou. Obrigado.

41 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Então, pessoal, para a gente ambientar
42 antes das denúncias propriamente ditas, o que o nosso regimento na Resolução nº
43 4 prever de possibilidades de resultado a partir das análises ou tratamento das
44 denúncias? Então, a gente colocou aqui os dispositivos que se referem a essa
45 questão. Pode passar, Natália, para o próximo slide. Então, o artigo 9º da resolução



46 nº 4 diz o seguinte: "O plenário poderá indicar o relator dentre os membros que
47 manifestarem interesse, grupo de trabalho ou comissão permanente para elaborar
48 relatório com prazo estabelecido a respeito da informação que envolva a denúncia
49 de tortura e outros tratamentos sob penas cruéis, desumanos ou degradantes." O
50 parágrafo único diz assim: "O relatório previsto no caput deverá versar sobre o
51 histórico e o contexto relativos a informação, sua situação atual, procedimentos
52 judiciais e administrativos correlatos, os órgãos, entidades e autoridades
53 envolvidas, bem como conter recomendações." No artigo 10 diz assim: "O Plenário
54 do CNPCT poderá convidar especialista para elaborar parecer, com prazo
55 estabelecido, sobre informação que envolva denúncia de tortura e outros
56 tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes." Próximo slide. São
57 apenas 4 e slides, bem rápido. O artigo 12 diz o seguinte: "Art. 12. Após o exame
58 do relatório ou parecer, o Plenário do CNPCT poderá adotar as seguintes medidas:
59 I - articulação junto à autoridades, órgãos ou entidades competentes, a nível federal,
60 estadual, distrital e municipal; II - expedição de Nota Pública; III - o arquivamento da
61 informação; e IV - outras medidas relativas às demais competências previstas no
62 art. 6º da Lei nº 12.847 de 2013." E o último slide, a gente então fez um resumo,
63 que é indicar o relator, o grupo de trabalho ou comissão para elaborar o relatório
64 sobre a situação, convidar especialista para elaborar parecer, articulação junto a
65 autoridades, a expedição de nota pública, acompanhamento e arquivamento. Aqui
66 eu acrescento dois outros encaminhamentos, dois outros resultados que podem
67 surgir da análise da denúncia, que é a própria recomendação, uma vez que está na
68 competência geral do CNPCT prevista em regimento interno, e também os
69 encaminhamentos propriamente ditos ou, estrito senso, encaminhamentos via
70 ofícios, que se referem e a gente pode colocar também como uma interpretação
71 próxima dessa articulação junto às autoridades. Então, pode indicar relator...
72 Resumindo, o que o plenário pode fazer hoje a partir da análise das denúncias?
73 Indicar o relator para aprofundar na questão, grupo de trabalho ou passar para uma
74 comissão permanente, aprofundar na questão via relatório. Ok. Pode convidar
75 especialista para elaborar algum parecer sobre a questão também, pode articular



76 junto a autoridades, pode expedir nota pública e pode pedir o arquivamento. Além
77 disso, pode recomendação e ofícios propriamente ditos. Feito essas considerações,
78 alguém tem alguma questão? Feitas as considerações, Natália, projeta para a
79 gente, por gentileza, aqueles que tratam das denúncias. Aqui a gente tirou um
80 extrato das denúncias, com a equipe fez se, ter nós compartilhamos esse extrato
81 via e-mail para os membros a cada relato desses. Esse extrato, então, está
82 compartilhado desde de antes, desde a disponibilização da pauta da pasta dos
83 documentos da RO nº 37 e a gente compartilhou o inteiro teor destas denúncias
84 com a mesa diretora, na medida em que os membros da mesa diretora tem o terno
85 da confidencialidade assinado para preservar dados pessoais com relação ao que
86 eventualmente possam ter dessas denúncias. Então, a primeira denúncia, o
87 primeiro documento relativo à denúncia que nós temos, propriamente dito não é
88 uma denúncia em si, estrito senso, mas é um acordo do plenário do CNJ a respeito...
89 É uma correição que foi feita depois de uma inspeção no sistema prisional do Ceará.
90 Então, vou ler aqui do que se trata o documento: "Trata-se de correição
91 extraordinária realizada pela Corregedoria Nacional e pela Presidência do Conselho
92 Nacional de Justiça por meio do departamento de monitoramento e fiscalização do
93 sistema carcerário e do sistema de execução de medidas socioeducativas no
94 Tribunal de Justiça do Ceará nos dias 16 e 19 de novembro de 2021, para
95 verificação do funcionamento das varas criminais e de execução penal de Fortaleza
96 e das varas cumulativas de competência criminal e execução penal de Juazeiro do
97 Norte e de Sobral, no Tribunal de Justiça do Ceará, e para a realização do mutirão
98 de inspeções em estabelecimentos prisionais daquele estado." Então, foi
99 compartilhado, via ofício, pelo CNJ ao ministério e ao CNPCT o relatório final das
100 inspeções e o relatório final da correição nas varas de execução penal. Foi
101 compartilhado para que o CNPCT tomasse providências, ciências e/ou,
102 eventualmente, providências. Nós temos também... Vou fazer um relato geral aqui
103 e deixo a disposição dos colegas uma sugestão de como conduzirmos, vamos
104 analisar o caso por caso ou já em bloco, podem ter sugestões de encaminhamento
105 já em bloco. Então, vamos fazer primeiro o relato rápido do que nós temos.



106 Denúncia a respeito da penitenciária de segurança máxima I, complexo prisional de
107 Viana/ES. São denúncias remetidas frente estadual pelo desencarceramento do
108 Espírito Santo. Essa denúncia chegou em 6 de julho, foi remetida a denúncia a
109 respeito da penitenciária de segurança máxima, informando sobre a irregularidade
110 dos procedimentos da revista para visitação de familiares, suspensão das visitas
111 sociais ou íntimas sem justificativa ou alteração para dias de semana, mudança de
112 interno de galeria sem justificativa comprometendo a segurança destes, trabalho,
113 saúde e atendimento médico inadequado, morte de um interno nas dependências
114 da unidade. Essa denúncia aqui, duas observações: ela chegou 6 de julho, foi
115 comunicado via e-mail para a mesa diretora é o extrato enviado para os demais, e
116 ela ficou aguardando sugestões de encaminhamento emergenciais, urgentes, como
117 diz o artigo 6º, da resolução nº 4, com a sua apreciação na plenária. Qual plenária?
118 A plenária 36 e a 37. Nós não tivemos a oportunidade de estamos aqui analisando
119 agora. Então, fica a justificativa do porquê hora uma denúncia que chegou em julho.
120 Essa denúncia, assim como a outra denúncia abaixo, que é também da frente
121 estadual pelo desencarceramento do Espírito Santo, tem relatos de nomes e o de
122 pessoas. Então, tem dados pessoais que requerem proteção. A próxima denúncia,
123 denúncia de violação de direitos humanos no centro de detenção provisória de
124 Marataízes, processo, está aqui o processo, o inteiro teor foi compartilhado aos
125 membros da mesa diretora na medida em que assinaram o termo de guarda de
126 sigilo e o extrato foi compartilhado com os demais. Foi recebido no dia 21 de agosto,
127 foi remetida pela frente estadual pelo desencarceramento do Espírito Santo a
128 despeito do centro de detenção provisória de Marataízes, em que um terno foi
129 espancado e não está recebendo tratamento de saúde adequado. Em outra
130 ocasião, o interno morreu sob tutela do estado. Essa denúncia cita outras situações
131 e cita nomes de agentes e nomes de internos também, são dados que requerem
132 sigilo. Nós tivemos, por fim, a sinalização de que seria apresentado ao plenário uma
133 denúncia sobre Curado, vindo da parte do GAJOP, não nos foi enviado um nenhuma
134 documentação. Então, seria apresentado na plenária. Esses são os documentos
135 dos expedientes que temos para que o colegiado analise.



136 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – João, o representante da GAJOP
137 se encontra na reunião, Maria Clara, correto?

138 **Sra. Maria Clara D'Ávila Almeida (Titular - Gabinete de Assessoria Jurídica às**
139 **Organizações Populares, GAJOP)** – Correto. E eu já tinha adiantado também a
140 questão na última Reunião Ordinária. Na verdade, se aproxima bastante da questão
141 do Ceará que se baseia na decisão do CNJ, também a partir da correição que foi
142 feita no complexo do Curado, dando andamento também ao acompanhamento das
143 determinações da Corte Interamericana de direitos humanos sobre o complexo do
144 curado é mais uma atualização sobre esse caso. Posso, enfim, de estender melhor
145 depois, mas só para dizer que é sobre isso.

146 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
147 João, eram essas as denúncias que tinham para serem apresentadas, era isso?
148 Então, eu estava pensando, e essas denúncias elas estavam no sistema, foi isso
149 que você falou, não é?

150 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Exato, o inteiro teor foi compartilhado aos
151 representantes da mesa diretora.

152 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** – Por
153 e-mail?

154 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Por e-mail foi comunicado e esse
155 compartilhamento, quando a gente dá acesso externo, chega também a notificação
156 no e-mail.

157 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** – Não
158 lembra de ter visto esta a notificação no meu e-mail, porque eu acho que essas
159 denúncias, por exemplo, do espancamento em uma data específica, que não está
160 recebendo atendimento de saúde, isso foi em junho e a gente está em outubro.
161 Então, assim, obviamente a gente pode verificar o que aconteceu desde então, mas
162 seria importante que a gente pudesse ter feito algo mais prontamente do que só em



163 outubro. Boa para verificar o meu e-mail aqui para ver essas denúncias. A Fernanda
164 está com a mão levantada.

165 **Sra. Fernanda da Silva Rodrigues Fernandes (Associação Nacional das**
166 **Defensoras e Defensores Públicos)** – Obrigada, Presidenta. Bom-dia a todos e
167 todas. Fiquei com uma dúvida também, João, sobre esse fluxo. Salvo engano, a
168 gente tinha deliberado na mesa diretora que sempre houvesse a denúncia a gente
169 iria se reunir para verificar o encaminhamento, mas que a princípio iriam ser
170 encaminhados ofícios ao local, porque costuma passar, a gente costuma ter esse
171 delay entre esse tempo, esse vácuo de tempo entre a formalização da denuncia e
172 as nossas reuniões, e a gente, salvo engano, tinha se manifestado quanto a um
173 fluxo de imediatamente pedir informações locais quanto às denúncias
174 apresentadas. Não sei, mas me parece que tinha ficado deliberada nesse sentido
175 para que, a partir das informações assim que recebidas, houvesse a análise de
176 alguma cautelar, alguma decisão emergencial pela mesa na forma da resolução.
177 Então, só esse fluxo que eu queria compreender se foi mantido. Sobre o complexo
178 do Curado, de fato, na última reunião, salvo engano, para Maria Clara e uma
179 representante do comitê estadual, não é, Maria Clara, de Pernambuco, acho que
180 trouxeram informações e eu não me recordo, só se houve encaminhamentos, mas
181 eu lembro da gente ter tratado de fato dessa questão na última reunião.

182 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Fernanda, com relação a esse fluxo que
183 você menciona, nós tivemos essa conversa na mesa diretora no dia 29 de junho, se
184 eu não me engano. Essa denúncia, a mais antiga que a gente está tratando aqui é
185 uma denúncia de julho, e foi depois dessa conversa. Nessa reunião da mesa
186 diretora, a conversa de fluxo foi em cima da previsão da resolução nº 4. Naquele
187 momento, a mesa diretora pela sua competência, via artigos 5 e 6, resolução nº 4,
188 sugeriu à presidência o envio de ofícios imediatos. Agora, esse expediente de
189 sugestão de ofícios em caráter emergencial, é um expediente que a mesa diretora
190 deve apreciar e fazê-lo a cada denúncia que chega, conforme está previsto na
191 resolução nº 4. Essas denúncias foram enviadas, comunicadas por e-mail aos



192 representantes da mesa diretora, aos quais, entendo eu, tem o interesse de fazer
193 essa análise mais imediata e fazer sugestões para ofício de caráter emergencial à
194 presidência ou pautar e dar a devida atenção no âmbito das reuniões ordinárias
195 também, todos nós sabemos disso.

196 **Sra. Fernanda da Silva Rodrigues Fernandes (Associação Nacional das**
197 **Defensoras e Defensores Públicos)** – Só uma parte, porque a mesa diretora tem
198 as suas reuniões periódicas, certo? Essas denúncias foram recebidas e, salvo
199 engano, a gente trata todas essas questões, porque a mesa diretora também é um
200 colegiado. Então, não podem também cada respectivo membro dar eventuais
201 encaminhamentos as denúncias, a não ser que houvesse a especificação de um
202 relator a cada vez, a não ser que houvesse um sorteio de relatores da mesa diretora
203 a cada denúncia recebida. Como a gente não tem isso, salvo engano, toda a
204 deliberação da mesa diretora é feita em reunião. A gente está em uma reunião
205 extraordinária agora, então me parece que talvez... Só esse fluxo que eu estou
206 tentando entender, se não seria a pauta da mesa diretora que, salvo engano, vai se
207 reunir agora daqui a uma ou duas semanas para que eventualmente as medidas
208 cautelares fossem tomadas, não que impeça de eventualmente ser deliberado hoje
209 já que a gente já está aqui reunido na reunião extraordinária, mas eu só não estou
210 entendendo porque foi colocado aqui e não foi às vezes deliberado até uma reunião
211 extraordinária da própria mesa diretora para decidir eventuais encaminhamentos
212 emergenciais, porque de fato ter conhecimento é uma coisa, para deliberar como
213 colegiado da mesa diretora é outra. O simples recebimento pelo SEI impede
214 qualquer membro da mesa diretora de fazer esses encaminhamentos. Mas, enfim,
215 nada impede a gente fazer, claro, eventuais encaminhamentos hoje, mas me faltou
216 isso, até porque penso que aqui no meio de uma reunião com todo o colegiado
217 reunido, não vamos ter as informações precisas de cada caso para fazer os
218 encaminhamentos pertinentes. Então, a minha sugestão é essa, se eventualmente
219 o fluxo, que já está previsto na resolução de colocar em pauta da reunião da mesa
220 diretora para que o colegiado decida emergencial, evitaria eventualmente ou



221 permitiria uma melhor análise do colegiado da reunião em sequência e a análise
222 precisa das questões emergenciais. Obrigada.

223 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Concordo com você que, trazer essa
224 sugestão, atenderia a necessidade de a gente tratar as denúncias, porque a
225 resolução diz que as denúncias são encaminhadas à mesa diretora. É isso que a
226 resolução diz.

227 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
228 João, eu verifiquei aqui no meu e-mail e eu não recebi, pelo menos aqui não tem
229 esse recebimento.

230 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Provavelmente a gente pode resgatar,
231 tem o recebimento de comunicado de inteiro teor e tem o comunicado do extrato.
232 No inteiro teor talvez você não tenha sido compartilhado porque você não é na mesa
233 diretora, representante na mesa diretora. Agora, o extrato das denúncias tenham e-
234 mail que a gente comunica: "Olha, recebemos denúncia tal, que envolve tal, caso
235 tal e que os membros da mesa diretora receberão inteiro teor." Vamos resgatar aqui
236 posse e-mails, peço até a Débora que está na reunião para gente resgatar esses e-
237 mails.

238 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** – De
239 qualquer forma, acho que concordo com a Fernanda, acho que esse fluxo às vezes
240 ele acaba ficando um pouco perdido e que se a gente tivesse tratado isso antes...
241 Não estou lembrando exatamente as datas que a gente fez as reuniões da mesa
242 diretora antes da Reunião Ordinária, mas talvez tenha ficado perdido, porque essa
243 reunião ordinária foi em setembro, para acho que a gente fez um pouco antes, mas
244 depois dessas denúncias. De todo modo, como as denúncias estão aqui, acho que
245 a gente pode dar encaminhamento para elas aqui agora e depois seguir um fluxo
246 de que essas denúncias cheguem primeiro na mesa diretora e seja deliberado na
247 mesa diretora e depois, eventualmente, encaminhado para o plenário. Então, João,
248 eu ia pedir para você, porque, assim, tem ali um pequeno parágrafo do que é a



249 denúncia, não sei se tem mais documentos dentro dessa denúncia ou se é só esse
250 extrato ali. Por exemplo, aquela no Espírito Santo ou se tem mais coisas das quais
251 a gente precisaria analisar.

252 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Perfeito, tem o documento completo e
253 tem dados pessoais sensíveis. Nós temos pessoas aqui que não assinaram termo
254 da confidencialidade de sigilo de dados. Pergunto a vocês, como é que a gente
255 poderia proceder abrindo aqui e a denúncia completa com os dados e como fazer o
256 compromisso de cada um guardar o sigilo da denúncia.

257 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
258 Fernanda, você está com mão levantada ou você esqueceu?

259 **Sra. Fernanda da Silva Rodrigues Fernandes (Associação Nacional das**
260 **Defensoras e Defensores Públicos)** – Eu estou com a minha mãozinha levantada
261 já tem um tempo.

262 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
263 Desculpa, eu não vi. Pode falar.

264 **Sra. Fernanda da Silva Rodrigues Fernandes (Associação Nacional das**
265 **Defensoras e Defensores Públicos)** – Não, acho que até para ser encaminhativo
266 e produzir uma resposta mais eficaz apesar do [Ininteligível]0:39:52, eu acho que o
267 que a gente tem de fazer nessa reunião é nomear o relator. Já que tem a reunião
268 da mesa diretora em duas semanas, esse prazo ter a relatoria para tomar pé de
269 tudo que aconteceu e propor os encaminhamentos. Acho que vai ser mais eficiente
270 e supera também essa questão da pessoas que ainda não assinaram termo da
271 confidencialidade, porque acho que tanto eu, quanto Maria Felipa, quanto ANADEP
272 já assinaram corretamente o termo de confidencialidade e o IPTC também. É a
273 minha sugestão da encaminhamento para a gente passar por esse ponto da pauta,
274 por que a relatoria é essencial, na minha concepção no fluxo de encaminhamento
275 das denúncias.



276 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Como a Presidenta aprecia a sugestão
277 da Fernanda?

278 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** – Me
279 projeta de novo, por favor, as denúncias, João.

280 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Natália, por gentileza. Conseguem
281 acompanhar?

282 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** – Se
283 puder colocar um pouco maior, por favor.

284 **Interlocutora não identificada** – Isso, aumenta o zoom por favor.

285 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Então, nós temos esse expediente, esses
286 dois expedientes e a denúncia do GAJOP.

287 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** – A
288 denúncia do GAJOP é separado. Maria clara vai poder falar melhor depois, a gente
289 pode pensar as encaminhamentos coletivos, mesmo porque não tem dado que
290 sejam sigilosos ou, se não for isso para ter a relatoria, que a mesa diretora discuta
291 essas que já assinaram o termo de confidencialidade, discuta essas questões na
292 próxima reunião e a gente pense os encaminhamentos possíveis e, se for o caso,
293 leve alguma coisa ao plenário. De todo modo, eu queria entender se tem alguém
294 que gostaria de se oferecer para ser relator dessas denúncias, assinar termo de
295 confidencialidade, entender a profundidade das denúncias, pensar nos
296 encaminhamentos e fazer um breve relatório sobre o que foi trazido, enfim, como
297 denúncia.

298 **Sra. Fernanda Vieira de Oliveira (Assessoria Popular Maria Felipa)** – O Maria
299 Felipa pode ficar em relação ao Espírito Santo.

300 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
301 Está bom. As duas, Fernanda?



302 **Sra. Fernanda Vieira de Oliveira (Assessoria Popular Maria Felipa)** – Pode ser
303 as 2 sim, elas se comunicam pelo que eu entendi aí ouvindo o relato do João.

304 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** – Ai
305 ficaria faltando a do Ceará, não é? Eu não vou me indicar para ser relatora, mesmo
306 porque eu estarei de férias, não estarei presente na reunião da mesa diretora, enfim,
307 então não vou poder fazer isso, mas gostaria de saber se alguém pode olhar essa
308 denúncia?

309 **Interlocutora não Identificada** – Eu não entendi ainda... Da mesa diretora?

310 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** – Se
311 for o caso, a Fernanda sugeriu que tivessem relatores para olhar as denúncias e
312 levar essa questão para a mesa diretora para a gente pensar se vai ter alguma
313 questão para levar para o plenário depois de encaminhamentos, mas como ela é da
314 própria mesa diretora, ela se ofereceu para fazer, mas acho que pode ser um relator
315 que não seja da mesa diretora e assine o termo de confidencialidade e se
316 comprometa a olhar essa denúncia até a reunião da mesa diretora.

317 **Interlocutora não Identificada** – Concordo, Sofia.

318 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
319 Herbert está com a mão levantada e depois a Ana Valeska.

320 **Sr. Hebert Barros (Diretor do Departamento de Proteção e Defesa dos Direitos**
321 **Humanos)** – Bom dia, Sofia e todos presentes. Sofia, para minha palavra é mais
322 de metodologia, então eu entendo que podemos aguardar a indicação,
323 autoindicação dos relatores e, na sequência, trago uma contribuição, para
324 tentarmos identificar um fluxo melhor.

325 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
326 Obrigada.



327 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Presidenta, uma das possibilidades é
328 indicar um especialista como relator e aqui eu me dirijo como exemplo, por exemplo,
329 sendo repetitivo, os peritos do mecanismo são especialistas e, caso queiram,
330 podem aceitar também fazer um relato de algum expediente.

331 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
332 Está bom, obrigada, João. Ana Valeska.

333 **Sra. Ana Valeska (Perita - Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à**
334 **Tortura - MNPCT)** – Bom dia a todos e todas. Então, acompanhando aí o que já foi
335 relatado conjuntamente as denúncias de expedição do Curado, Ceará. Eu estou,
336 inclusive, aqui acompanhando também em razão, porque o ponto focal do estado
337 do Ceará e Espírito Santo, estão de férias, que é o Rogério, mas até acompanhei
338 ele e em algumas reuniões do Ceará e do Espírito Santo. Inclusive, pela denúncia
339 que o João fez a leitura, a data, se não me engano, Espírito Santo, é de julho, não
340 é, João?

341 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – É.

342 **Sra. Ana Valeska (Perita - Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à**
343 **Tortura - MNPCT)** – Se não me engano é de uma cadeia que é no Guarapari, acho
344 que é isso. Chegaram essas denúncias aqui e em julho no mecanismo e o
345 mecanismo também efetuou diligências, oficiou autoridades locais do estado do
346 Espírito Santo, fazendo recomendações como também medidas urgentes. Oficiou,
347 inclusive, para Defensoria Pública do Espírito Santo, que a parceira, o núcleo e
348 também fez um ofício ao GMF também por ocasião. São denúncias sobre tortura, o
349 uso excessivo da força. Só para informar aqui ao comitê que o mecanismo recebeu
350 e que, assim que recebermos, foi feita diligências e expedientes. Contudo, é
351 importante frisar que, às vezes alguns expedientes enviados, ainda não vieram com
352 as respostas. Nesse sentido também, a gente pode estar colaborando depois, quem
353 ficar responsável, o relator responsável para acompanhar as denúncias do Espírito
354 Santo, a gente também está alimentando com alguma outra informação, algum



355 outro expediente, a gente possa ter apoio do próprio comitê para cobrar também
356 respostas dessas a autoridades. Em relação o Ceará, embora foi falado sobre o
357 relatório do CNJ, mas, assim, a gente também recebeu há pouco tempo denúncias
358 do estado do Ceará também sobre denúncias de tortura em uma determinada a
359 unidade, até tive a oportunidade de participar de uma reunião com o Conselho
360 estadual dos direitos humanos do Ceará. Foi até no dia da data que estava tendo
361 reunião do comitê nacional, a última reunião que a gente participou. Denúncias
362 graves de que uma determinada unidade, mais de 100 presos foram torturados e,
363 inclusive, o Conselho estadual de direitos humanos, comitê estadual também de
364 prevenção da combate à tortura do Ceará estavam também fazendo, correndo atrás
365 de agendar uma reunião com a governadora. Uma situação muito grave lá e
366 também... Chegou também informação para nós que alguma unidade também teve
367 casos que foram constatados de terem contraído, as pessoas privadas de liberdade,
368 a varíola do macaco. Também chegou esse formação para nós. Então, assim,
369 aproveito aqui a oportunidade para deixar o comitê informado que o mecanismo
370 acompanhando algumas denúncias tanto do Ceará, quanto do Espírito Santo e que
371 a gente está à disposição para dialogar com relator responsável do GT, seja do
372 seara, seja do Espírito Santo. Acho que está aí também a Camila Antero, que
373 também é ponto focal do curado, se precisar também... Não sei se a Camila também
374 vai querer fazer alguma fala. Então, nesse sentido que eu queria deixar registrado.
375 Obrigada.

376 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
377 Ana, deixa eu só fazer uma pergunta para você, vocês receberam essas denúncias
378 como? Através do e-mail de vocês? Como é que é que vocês receberam?

379 **Sra. Ana Valeska (Perita - Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à**
380 **Tortura - MNPCT) –** Teve uma denúncia que chegou através de e-mail. Teve
381 parece que também uma que depois foi enviada para nós também do próprio
382 comitê. Eu estava até olhando aqui, porque o Rogério sempre faz uma pasta de
383 denúncias de cada estado. O Espírito Santo é o estado que ele acompanha, eu vi



384 também que, além de ter chegado por e-mail para nós, pela frente do
385 desencarceramento, chegou também via SEI enviado pelo comitê também. Até o
386 Rogério deu despacho informando que essa denúncia já tinha chegado para nós e
387 que a gente já tinha deliberado, já tinha inclusive dados ciência ao mecanismo que
388 e deliberado encaminhamentos urgentes na época, ter feito isso.

389 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**

390 Não, eu só acho que a gente pode pensar daqui para frente como a gente consegue
391 articular essas denúncias que chegam para o mecanismo, as denúncias que
392 chegam para o comitê, para entender, inclusive, por exemplo, se já foram tomadas
393 as providências pelo mecanismo e que a gente acompanha essas providências para
394 não ser feita de forma dobrada e para que a gente, enfim, consiga estabelecer um
395 trabalho que seja mais para docente e que a gente consiga, de fato, abranger todas
396 as denúncias que chegam pelos diferentes canais. Então, acho que isso ainda não
397 está muito alinhado pelo menos para mim, não está muito alinhado, e acho que
398 dificulta o trabalho mesmo. Maria Clara está inscrita.

399 **Sra. Maria Clara D'Ávila Almeida (Titular - Gabinete de Assessoria Jurídica às**
400 **Organizações Populares, GAJOP) –** Não, o meu era só uma coisa mais objetiva

401 sobre a questão do Curado, eu não tinha enviado documento porque eu não sabia
402 que era para enviar. Lembro que a gente tinha colocado a questão para que a mesa
403 diretora levasse, inserida na pauta da reunião ordinária. Então, gostaria de saber se
404 eu tenho, a gente tenha a decisão da Ministra Maria Thereza do CNJ e por qual...
405 Não sei, igualmente. Aí eu entendi que eu fico como relatório na questão do Curado
406 e eu posso conversar então com a Camila para a gente discutir as recomendações
407 e os encaminhamentos possíveis. Só reiterando que estou de acordo com essa
408 sugestão da Sofia de dar um alinhamento de como são esses fluxos.

409 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –** Eu

410 acho que pode ser uma boa, Maria Clara, mas, de todo modo, assim que a gente
411 acabar essa deliberação aqui, acho que você pode falar para todo mundo aqui,
412 contar com um pouco de como foi a visita que você participou, ainda para que a



413 gente esteja inteirado mesmo aqui, enfim, você seja a relatora aqui acho que faz
414 mais sentido, mas você pode relatar como que foi. Agora, ficaria faltando então uma
415 relatoria para o estado do Ceará, queria saber quem que pode fazer, se oferecer
416 para ser relator?

417 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Vice-Presidente, se me permite,
418 a sugestão do João parece uma boa sugestão, porque o mecanismo já se debruçou
419 nessa questão e o canal que entrou foi via presidência do CNJ. Mandou para o
420 ministério, o ministério encaminha para a secretaria temática, que a Secretaria
421 Nacional de proteção global, e vai para a diretoria do diretor Hebert, que é
422 prevenção e combate à tortura. Então, por isso que abriu esse canal uma nova
423 comunicação para o mecanismo e, conforme Ana Valeska já apresentou aqui, o
424 mecanismo já tem o trabalho todo da instrução relacionado esse caso. Acho que
425 facilitaria.

426 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** – Eu
427 compreendo, acho que quando... De todo modo, acho que a gente tem de entender
428 que o mecanismo teria essa disponibilidade de fazer isso, mas, de todo modo, acho
429 que seria importante alguém do Comitê, ainda que fosse uma relatoria conjunta,
430 acompanhar essa denúncia com o mecanismo. Pergunto para a Ana Valeska é para
431 as demais peritos que estiverem aqui, que eu não estou vendo, acho que a Camila
432 está aqui, se vocês teriam essa disponibilidade porque eu também não sei qualquer
433 a demanda de trabalho de vocês.

434 **Sra. Ana Valeska (Perita - Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à**
435 **Tortura - MNPCT)** – Sofia, só para falar aqui, só para lembrar, separar, as
436 denúncias recentes que nós estamos acompanhando em relação ao estado do
437 Ceará, aconteceu agora no mês passado. Esse relatório da inspeção do CNJ, foi a
438 primeira inspeção do CNJ que eles iniciaram folha no passado. Com relação a isso
439 aí, a gente leu todas as recomendações do relatório e discutimos inclusive com a
440 sociedade local, a comissão de direitos humanos, o Conselho estadual de direitos
441 humanos e o comitê estadual, sobre essas recomendações. O que ocorre hoje, já



442 deixo aqui a deixa, além de verificar quem vai acompanhar, porque eu não sou a
443 perita focal, mas como acompanhei uma reunião com Rogério, o que está
444 acontecendo hoje no Ceará? A uma certa dificuldade, assim, não estão sendo
445 cumpridas as recomendações, essas últimas recomendações, não é só CNJ que
446 fez inspeções também no estado do Ceará, há também relatório do mecanismo
447 também de 2019, que foi o último relatório. Então, assim, a maior dificuldade hoje,
448 que foi a última reunião que eu participei agora mês passado com o pessoal do
449 Ceará, é o cumprimento das recomendações, as violações permanecem, continuam
450 as violações, eles queriam realmente inclusive uma agenda com a governadora do
451 estado do Ceará, tanto a sociedade civil, a frente do desencarceramento de lá e aí
452 nos convidaram para essa conversa de nos relataram várias violações.
453 Recentemente, teve um presídio lá que é sem pessoas sofreram torturas, 100
454 pessoas agora, mês passado. Então, assim, e as recomendações tanto do CNJ
455 quanto do mecanismo foi um relatório muito importante em 2019, não foram
456 cumpridas. Então, assim, o Ceará persiste em relação às violações e a gente sabe
457 que vai mudar o governo parece que no estado Ceará, a gente até conversou isso
458 na reunião da sociedade civil e estávamos querendo uma reunião com a
459 governadora. Também parece que foi... O CNJ quando faça as inspeções, ele
460 determina aos tribunais que criem uma força-tarefa, um GT, para monitorar o
461 cumprimento dessas recomendações do relatório. Inclusive, parece que não está
462 tendo muita efetividade. Então, nesse sentido, trago essas informações. Agora,
463 assim, com relação a esse fluxo da gente pensar e ver como podemos contribuir
464 com o relator que foi designado aqui no comitê, a gente trabalha o fluxo porque as
465 denúncias que chegam para vocês, chegam também para nós, às vezes tem até
466 denúncias que chegam direto para a ministra, já aconteceu também, e depois vem
467 para a secretaria, da secretaria vem para a diretoria do Herbert, passa pela
468 coordenação do João Lança e depois vem para o mecanismo. Às vezes tem
469 denúncia que de fato vem para gente diretamente e acontece isso também da
470 mesma denúncia chegar em outros caminhos diversos dentro do ministério dos
471 direitos humanos, às vezes vem para o comitê, as vezes vem para a secretaria.



472 Então, de fato a gente tem de pensar um fluxo e o que a gente pode estar
473 contribuindo. Acho que a gente teria que talvez conversar em conjunto, aqui hoje
474 está só eu e mais duas peritas, não sei se a Camila Antero também quer pontuar,
475 ou a Cecília, de pensar como forma de como a gente poderia trabalhar em conjunto
476 com esse relator que foi designado também do comitê, para acompanhar essas
477 denúncias. Então, assim, agora a nossa maior dificuldade hoje, porque a gente quer
478 contar com apoio do comitê, seja a reiteração, a cobrança dessas recomendações,
479 porque o CNJ mandou para a gente também esse relatório. Então nosso maior
480 desafio hoje é chamar a atenção das autoridades locais para que cumpram as
481 recomendações e que as violações continuam persistindo. É só isso aqui o registro
482 e a gente fica à disposição para a gente pensar junto, não se a melhor forma que a
483 gente pode contribuir, considerando que às vezes tem o mesmo expediente com o
484 mesmo fato, mas nada nos separa ambos, para os dois órgãos. A gente coloca a
485 disposição, mas acho importante passar a palavra de repente também para as
486 outras colegas, para a gente ver como a gente pode estar contribuindo com a
487 relatoria que foi designada.

488 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** – Eu
489 estava pensando aqui em relação o que você falou, Ana Valeska, se não era o caso,
490 não sei se isso seria eficiente ou não, porque tendo em vista como foi no estado do
491 Amazonas na última reunião que a gente teve a oportunidade de ter o ouvidor da
492 SEAP do Amazonas, mas talvez se não fosse o caso no Ceará, porque esse
493 relatório de 2021 e tiveram outras denúncias. O que você está dizendo é que elas
494 são reiteradas e que não tem uma resposta que seja suficiente para, enfim, dar
495 encaminhamento para essas denúncias e para cessar essas violações de direito.
496 Então, talvez fosse o caso de a gente convidar então os, enfim, órgãos no estado
497 do Ceará, inclusive citei um GP já feito para monitorar essas violações para a
498 próxima Reunião Ordinária. Então, que a gente chamasse Defensoria Pública da
499 mesma forma como a gente chamou o estado do Amazonas, a gente chamasse
500 para o estado do Ceará, tendo em vista também que são várias violações reiteradas
501 de pontos diferentes, diferentes, por exemplo, do Ceará... Do Ceará não, desculpa,



502 do Espírito Santo, das violações ali que tem coisas bastante específicas de pessoas,
503 de uma pessoa, não estou falando da coletividade inteira, obviamente, certamente
504 têm violações também em relação a todas as pessoas presas ali, mas também
505 talvez fosse uma possibilidade da gente chamar eles, já que foram feitas várias
506 encaminhamentos e não tiveram respostas. Então, trago isso como sugestão e acho
507 que isso possa ser mais encaminhativo, inclusive para a gente pensar, se não
508 tiverem respostas a partir daí, os encaminhamentos. Ela só fala, eu acho que vocês
509 estão dispostos aí a auxiliar, sim, mas precisaria de uma relatoria do comitê para
510 tratar essa questão em conjunto com o mecanismo. Então, trago a sugestão e
511 reitero que acho que a gente precisa pensar em alguém para, enfim, ser relator
512 dessa denúncia específica do estado do Ceará.

513 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Sofia, destacando, o Ministério
514 Público é importante também convidar. Lembrando, nós temos outro canal de
515 entrada, Ouvidoria nacional dos direitos humanos. Então, as vezes entra na
516 Ouvidoria e vai direto para o Ministério Público Estadual. Então, se realmente o
517 encaminhamento foi esse para trazer para a próxima Reunião Ordinária, tão
518 fundamental chamar o Ministério Público.

519 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
520 Sim, eu só aceitei aqui Defensoria só por cima, mas acho que pode ser Defensoria
521 Pública, Ministério Público da União, Ministério Público, pode ser a secretaria de
522 administração penitenciária local, os membros de estado, a gente pode fazer talvez
523 a mesma lista que a gente fez em relação ao estado do Amazonas, dos órgãos se
524 vocês conseguirem recuperar, quem foi que a gente chamou e se alguém quiser dar
525 outras sugestões. A Ana falou desse GT, a gente pode também convidar esse GT,
526 não sei se tem um nome específico, enfim, mas a gente pode também convidar e
527 GT.

528 **Sra. Ana Valeska (Perita - Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à**
529 **Tortura - MNPCT)** – É importante também, Sofia, em uma reunião dessas, convidar
530 um representante do Conselho estadual de direitos humanos do estados do Ceará



531 e também o comitê estadual de prevenção e combate à tortura do Ceará, como
532 também o representante da frente do desencarceramento. Eles têm acompanhado
533 bem de perto e, por isso, teve a última reunião mês passado e trouxeram esse relato
534 do não cumprimento das recomendações do último relatório do CNJ. Então, assim,
535 algo força-tarefa dentro do judiciário. O CNJ deu seis meses para acompanhar
536 várias questões, como também questões processuais das varas criminais e várias
537 de execução penal, mas há esse desafio das demais recomendações em relação
538 ao estado. Então seriam esses atores que seriam essenciais. Uma pergunta, estão
539 pensando em jogar para a próxima Reunião Ordinária? Porque eu pergunto isso?
540 Eu não sou ponto focal e o ponto focal do Ceará é o Rogério, ele está de férias e a
541 próxima reunião ordinária do comitê, o Rogério estará a emissão no estado da Bahia
542 e, assim, acho interessante ele está presente também nessa reunião, a não ser...
543 Enfim, vocês estão pensando em jogar para a próxima? Porque ele não vai estar
544 que nessa próxima, ele vai estar em me só no estado da Bahia.

545 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) – É**
546 o que eu tinha pensado inicialmente, mas eu não sabia que ele não ia estar. Outra
547 possibilidade é fazer uma reunião extraordinária só para tratar esse assunto, enfim,
548 chamar todas as pessoas, mas isso seria on-line. Então acho que é perde com um
549 pouco desse caráter que pode ser presencial da reunião ordinária, mas de todo
550 modo acho que talvez seja ruim ele não está como, enfim, como ponto focal e ele
551 ser quem tem mais conhecimento, mas o não sei também. Acho que... A Fernanda
552 na voltou a mão aqui.

553 **Sra. Fernanda da Silva Rodrigues Fernandes (Associação Nacional das**
554 **Defensoras e Defensores Públicos) –** Obrigada, Presidenta. A minha pergunta,
555 Ana Valeska, esse eventualmente vocês não têm um grupo que compartilha o
556 conhecimento das denúncias, ou alguma coisa assim, porque tem de haver um
557 regime de substituição para a gente ter continuidade desse tratamento. Eu
558 confesso, por exemplo, hoje eu estou de férias também e eu estou aqui participando
559 da reunião. É claro que a minha condição é totalmente diferente, não tem nem



560 comparação com a de vocês, mas de eventualmente a gente ter uma possibilidade
561 de dar o fluxo contínuo para que não paralise pelos afastamentos que são
562 necessários, eventualmente pode ser uma licença, umas férias, uma folga, mas a
563 gente precisa ter um... Vocês fazem essas substituições em grupos, não? Esses
564 acompanhamentos em grupo e eventualmente alguém que seja do grupo e que
565 possa receber dele durante esse período de afastamento a possibilidade de dar
566 continuidade a esse fluxo. Sem esse compartilhamento de informações entre
567 vocês?

568 **Sra. Ana Valeska (Perita - Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à**
569 **Tortura - MNPCT)** – Então, Fernanda, pelo menos eu posso até me colocar à
570 disposição com relação ao estado do Ceará, porque eu tenho acompanhado mesmo
571 com ele, mas, assim, alguns estados, por exemplo, alguns peritos estão
572 acompanhando com os peritos locais algumas informações, mas tem estado, às
573 vezes, que precisa atualizar a informação, principalmente as últimas que chegaram.
574 Mas, por exemplo, s. Do Ceará, eu tenho acompanhado algumas reuniões com ele.
575 Não posso me colocar à disposição para está participando da reunião e trazendo
576 as informações importantes, mas só considerando... Eu reforço que ele é ponto
577 focal, mas a posse está substituindo o colega, se problema nenhum. Mas, assim,
578 como hoje não está presente aqui, mas eu posso estar à disposição. Na verdade, a
579 gente ainda não pensou quando o colega está de fora, assim, oficialmente, um
580 substituto para acompanhar o ponto focal de cada estado, porque são 27 estados.
581 A gente pode estar pensando isso em ter um substituto. Inclusive, agora estou já
582 acompanhando tudo ter chegado Ceará e do Espírito Santo, eu me coloquei à
583 disposição para acompanhados mesmo não sendo ponto focal. Assim, a gente
584 também pode pensar para os outros estados, que são vários. Mas, assim, alguns
585 colegas acompanham as vezes em dupla em algumas reuniões com ponto focal,
586 mas tem estado que a gente tem de ver se as informações também todos estão
587 acompanhando e estão atualizados. A gente estava planejando uma reunião em
588 breve para gente sentar todos os peritos e todos trazer informações atualizadas
589 todos os estados, que cada um ponto focal, considerando que nós estamos em 9 e



590 a gente até ponto focal de três estados, cada perito. Então, assim, agora eu estou
591 acompanhando Ceará e o Espírito Santo na ausência do colega, porque ele está de
592 férias, mas a gente não pensou ainda em criar substitutos para acompanhamento
593 como ponto focal dos estados, que o colega acompanha. Então, mais a gente pode
594 pensar nisso, mas me coloco à disposição. Só estou comunicando, assim, porque
595 eu não sou ponto focal e também comunicar ao colega e conversar com um colega
596 se ele também me passaria todas as informações para eu me preparar para a
597 próxima reunião, para está acompanhando com vocês, se trouxe as autoridades
598 para participarem dessa reunião na próxima Reunião Ordinária.

599 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** – Eu
600 fico pensando que eu acho que ser a gente pudesse fazer esse esforço para não
601 deixar isso para o ano que vem, porque essas demandas, enfim, já fazem num
602 tempo, esse relatório é de 2021 e acho que é isso. A gente entrou, a gente teve
603 duas reuniões, mas, enfim, o nosso processo de entrada no comitê foi bastante
604 complexo. Então, acho que nesse momento aqui a gente tem pegado mais o
605 [Ininteligível] 1:08:57 do trabalho. Então, na minha opinião, para acho que a gente
606 poderia deixar isso para próxima Reunião Ordinária e que, certamente, vou te
607 encaminhamentos e depois pode ser passado para o Rogério do que é esperar ano
608 que vem, que a gente não sabe ainda quando será a próxima reunião, a primeira
609 reunião do ano, se é em fevereiro, se é em março, enfim. Então, eu diria para gente
610 optar por fazer isso nessa Reunião Ordinária.

611 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Presidenta, me permita duas
612 considerações. Primeiro é, imagino que todos aqui querem dar um encaminhamento
613 para essa questão, então foi sugerida a questão da audiência pública, uma
614 audiência, a convocação para a audiência de atores do Ceará. Pode ser pública
615 também. E aí me parece que a gente pode então solicitar a participação do
616 mecanismo para trazer subsídios, ou enviar subsídios, ou enviar o seu
617 representante. A outra sugestão é que, como não tivemos o sucesso em voluntários
618 para a relatoria, é que a gente deixasse sem relator é que compilássemos as



619 informações a partir dessa audiência que vai ocorrer, está sendo indicada para
620 ocorrer na próxima ordinária. Acho que isso a gente consegue dar uma simplificação
621 aqui para caminhar. O que você acha?

622 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** – Eu
623 acho que pode ser. Acho que se vocês pudessem enviar essas denúncias e também
624 um mecanismo enviar as denúncias que recebeu do Ceará, talvez a gente fazer
625 uma pasta no docx, Google Drive, daí todo mundo toma conhecimento também de
626 todas as denúncias de faça essa leitura e etc., e depois a gente pode, conforme for
627 a audiência, essa reunião, a gente pensar nos encaminhamentos a pensar em uma
628 relatoria para essas questões. Então, eu concordo, João, com a sua sugestão, acho
629 que a gente pode fazer isso. Vou passa a palavra para o Herbert também, porque
630 eu acho que ele tem alguma sugestão e relação o fluxo, mas de todo modo acho
631 que talvez a gente pudesse pensar, não sei se é um Drive com todas as denúncias
632 compiladas também, que vai além de colocar no SEI, que não é todo mundo que
633 tem o acesso, enfim, mas talvez já com as partes a lei que tenham dado os íntimos,
634 pessoais e etc., grifados, mas que a gente pudesse ir sistematizado melhor essas
635 violações para que a gente desce os encaminhamentos corretos para ela.

636 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Presidenta, antes do diretor, me permita.
637 Diretor, peço licença. A gente tem aqui a pasta da Reunião Ordinária e tem a pasta
638 da mesa diretora, onde a gente já tem de essa necessidade. Eu estou entendendo
639 que você está querendo dizer da gente aperfeiçoar essa comunicação e a
640 disponibilização desses documentos. Então, por exemplo, para essa reunião de
641 hoje, as questões do Ceará, que são documentos institucionais que não tem dados
642 pessoais, a gente já compartilhou aqui inteiro teor dos relatórios. Qual é a outra
643 sugestão para a gente também caminhar nesse sentido? Vamos passar o tema da
644 confidencialidade para todos os membros do CNPCT, para os membros, nós
645 compartilhamos essa pasta da das denúncias, seja via reuniões ou abre uma pasta
646 específica, a gente pode criar uma pasta específica da denúncias para identificar
647 por ter uma, a gente consegue, ao avisar o e-mail que está disponibilizado no



648 Google Drive, todos teriam acesso ao inteiro teor na medida em que eles assinaram
649 também o termo de confidencialidade, porque aí a gente não precisa ficar
650 pincelando, até porque as denúncias às vezes são das páginas. Essa do Ceará tem
651 10 páginas, cita vários nomes. Então, isso traria o trabalho que não seria proveitoso,
652 as vezes a gente poderia fazer uma análise e omitir informações necessárias, até
653 mesmo para o acompanhamento da urgência do caso e etc. Enfim, vamos
654 aperfeiçoar isso daí. O que você acha de a gente passar esse termo de
655 confidencialidade e a gente mantém essa pasta como a gente como a gente havia
656 tentando fazer?

657 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** – Eu
658 acho que é bom todo mundo assinar, porque tem essas questões e se tiver na
659 próxima relatoria também já tem isso feito. Obrigada, João. Herbert.

660 **Sr. Hebert Barros (Diretor do Departamento de Proteção e Defesa dos Direitos**
661 **Humanos)** – Obrigado, Sofia. Então, prezados membros do CNPCT. Alguns
662 comentários. Em relação a denúncia, nós como coordenação geral e como
663 Secretaria Executiva do CNPCT, percebemos exatamente essa situação que foi
664 aqui mencionada de vários canais de entrada para denúncias, só que no âmbito do
665 ministério da mulher, família e direitos humanos e órgãos aos quais nós prestamos
666 assessoramento, devemos ter aí com cinco destinos diferentes da denúncia já aqui
667 mencionados, o próprio CNPCT, o próprio departamento, a coordenação geral, o
668 MNPCT, a Ouvidorias nacional de direitos humanos, e o CNDH que, em geral,
669 também recebe essas denúncias, de forma que, só internamente, são cinco. Se nós
670 olharmos para fora, certamente a DPU ou a Defensoria do estado recebeu demanda
671 do Ministério Público Federal, do Ministério Público Estado, enfim. Nós dialogando
672 com o DEPEN, há um tempo atrás, não sei se tem algum colega representando o
673 DEPEN aqui, mas identificamos uma ferramenta que estava sendo disponibilizada
674 pelo Departamento Penitenciário Federal, para fazermos confluir os registros da
675 informações sobre apurações da denúncias de violações de direitos humanos no
676 sistema prisional, de modo que esse sistema funcionaria como uma espécie de



677 banco de dados o qual todos os jogos poderiam se referir no momento em que
678 fossem tratar. Então, tem uma denúncia relação ao presídio de Curado, ok, vamos
679 ver o que tem sobre Curado nesse sistema. Essa avaliação dessa metodologia era
680 a proposta na última reunião anual do SNPCT, por todas as razões que já
681 conhecemos não ocorreu da forma planejada e nós temos a intenção de trazerem
682 isso para a próxima reunião anual, que está prevista agora para novembro. Então,
683 há uma expectativa de tratarmos de uma maneira mais estrutural e sistêmica, com
684 o sistema nacional, essa temática. Olhando para dentro, nós temos uma resolução
685 que nos dar aí a forma de trabalhar e a Secretaria Executiva tem buscado, eu tenho
686 orientado os colegas, ontem novamente sentamos, fizemos a revisão dos
687 procedimentos para não chegar a essa reunião com procedimentos equivocados.
688 Então, temos uma regra que tudo que chega tem de ser dado conhecimento para a
689 mesa e a mesa é quem dá orientação de como proceder. Eu entendo, divergindo
690 um pouco da Fernanda, com todo respeito à posição dela, que não há condição de
691 esperarmos as reuniões regulares da mesa para tomarmos a decisão. No
692 tratamento de denúncia, me parece, Fernanda, se me permite compartilhar essa
693 reflexão, compartilhamos a informação com a mesa e a mesa, pelo seu grupo de
694 WhatsApp ou pelo grupo de e-mail que dispunha, já dá orientações para a secretaria
695 executiva agir. Pode ser sentido, pode ser inclusive uma orientação geral. Chegou
696 uma denúncia, alguém da mesa faz uma análise preliminar e a demanda diligências
697 para enriquecer a informação. Faz uma pesquisa de imediato para verificar se
698 outros unidades do ministério receberam a demanda e fizeram, tomaram atitudes
699 da pronto, de forma que as coisas de fato cheguem para reunião do plenário.
700 Obviamente o plenário é a instância superior e a instância soberana do colegiado,
701 portanto, o que não foi tratado na mesa pode obviamente ser tratado aqui. Eu queria
702 sugerir isso, que a gente tivesse uma orientação geral da mesa ou do plenário para
703 Secretaria Executiva, de forma que a gente pudesse da celeridade a isso em uma
704 forma como me parece que vocês estão demandando. Também que tivesse esse
705 olhar, dos integrantes da mesa diretora, mesmo fora do momento de uma reunião
706 a regular que faça, uma vez, como vinha em denúncias, temporalidade que



707 demanda um olhar rápido de todos. A outra questão que eu queria compartilhar,
708 também da perspectiva metodológica, temos denúncias que ação específica sobre
709 casos ou de indivíduos ou de unidades específicas e tem uma forma de tratamento.
710 Outras denúncias são aquelas como as do Amazonas, que discutimos na última
711 reunião, e a do Ceará que passa a ser discutida aqui. São situações estruturais de
712 todo o sistema. Então, a gente precisa ter outra forma de lidar, não dar para, na
713 minha avaliação parece mais adequado lidar com isso no formato da denúncia
714 corriqueira, de modo que eu sugeriria para a mesa e para o plenário que fosse,
715 nessas situações estruturais, designado uma dupla de relatores, o representante da
716 sociedade civil e um representante do estado, que pudessem ser ou se
717 interlocutores regulares do MNPCT e dos outros órgãos é que a já chegassem para
718 o plenário com sugestões e análise mais aprofundadas. Então, no caso do Ceará,
719 eu era membro do CNDH. Em 2019 nós participamos de uma audiência pública no
720 Ceará, fizemos uma visita ao sistema prisional do Ceará juntamente com o MNPCT.
721 O incômodo dessa visita acabou gerando inclusive uma denúncia contra peritos,
722 que precisou ser tratada nos canais de correição do ministério e no próprio CNPCT.
723 Posteriormente, o CNJ foi lá, enfim, é uma situação de longo prazo, é uma análise
724 totalmente diversa de uma denúncia como a que chegou e que é extremamente
725 relevante. Temos um caso específico, em Marataízes no Espírito Santo. Então, a
726 minha sugestão vai nesse sentido: "Denúncias específicas: a mesa toma
727 conhecimento do que chegar e de imediato dar uma orientação, independentemente
728 da reunião. Secretaria executiva faz as seguintes diligências, adote esse dos
729 procedimentos: tendo adotado, volta-se a informação para a mesa, que vai levar ao
730 plenário o desenrolar daquela denúncia. Segundo, situações estruturais, designar a
731 dupla de relatores para que tenha um acompanhamento regular sobre a situação e,
732 no fluir das informações, trazer as orientações, sugestões para adoção pela própria
733 mesa de pelo plenário. Terceiro, nos dedicarmos oportunamente a avaliação desse
734 sistema que o DEPEN desenvolveu, para que haja uma confluência de informações
735 sobre cada uma dos casos, das missões, nas inspeções realizadas pelos vários



736 atores da instituição na verdade brasileira, que podem de fato apurar as situações
737 como essas de tortura." obrigado.

738 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
739 Obrigada, Herbert. Vou passar a palavra para Fernanda. Fernanda da ANADEP
740 tinha levantado a mão, você abaixou?

741 **Sra. Fernanda da Silva Rodrigues Fernandes (Associação Nacional das**
742 **Defensoras e Defensores Públicos) –** Oi, Sofia. Obrigada, Presidenta. Eu tinha
743 levantado a minha mão e depois a baixe, mas eu estava aqui pensando, Herbert,
744 de fato a gente tem essa angústia crescente. Na Defensoria Pública também de
745 uma forma quando a gente recebe denúncias inclusive muito graves de adotar
746 medidas emergenciais, conforme a gravidade de cada comunicação. Eu penso que
747 no comitê nós temos talvez essa limitação primeiro da resolução, que já prevê esse
748 fluxo mínimo e, segundo, que somos um órgão da construção de políticas, talvez
749 até as nossas atribuições são restritas. Até uma medida emergencial, como o
750 senhor mesmo mencionou, seria encaminhar ofício, pedir informação para outros
751 órgãos para saber que mais recebeu denúncia. Então, uma medida emergencial de
752 por exemplo, o que fazemos na Defensoria e imagino que o mecanismo também,
753 quando recebe uma denúncia muito grave, de ir lá, já inspecionaram e evitaram uma
754 progressão, essas funções não temos. Então, nossas funções são precipuamente
755 administrativas também, encaminhar ofícios, pedir informações, fazer uma
756 recomendação, que de fato essas providências dependem do colegiado, seja do
757 colegiado do plenário ou do mini colegiado da mesa. De fato, penso que talvez o
758 que a gente poderia pensar, elaborar melhor, a possibilidade da mesa, sempre que
759 tivesse uma denúncia, ou um conjunto de denúncias, fazer já ou estabelecer uma
760 sequência de relatores ou estabelecer reuniões emergenciais para que,
761 eventualmente, possa ser deliberado. Me preocupa aqui que cada um de nós
762 represente a mesa diretora em demandas ao encaminhamentos porque, imagine,
763 nós somos seis na mesa diretora, salvo engano, quatro, com a Presidenta cinco.
764 Então, imagina que nós recebemos uma denúncia de o meu posicionamento seria



765 X, mas o posicionamento da Fernanda, do Herbert, da Carolina, da Sophia seria Y
766 ou Z. Imagina que eu, na minha rotina de trabalho, tenha percebido essa rotina X e
767 façam logo o encaminhamento, seja recebido pela secretaria e só daqui a três dias
768 os demais membros tenham condições de rua por suas atividades paralelas ao
769 comitê, de ver a denúncia e de se colocar eventual encaminhamento. Penso que
770 isso romperia e eventual necessidade do próprio colegiado de amadurecer e que é
771 uma previsão regimental que não tem como fugir e talvez permitisse até
772 encaminhamentos equivocados de alguém que, num dia e no outro, e
773 eventualmente visse se pudesse de fato de adotar encaminhamentos. É claro que
774 todos nós temos aqui uma legitimidade, fez uma confiança das próprias funções
775 que exercemos, mas talvez o formato dos colegiados seja do plenário ou da própria
776 mesa diretora, na forma dos regimentos todos que nos regem, tenham fundamento
777 mesmo de que essas questões têm de ser deliberadas pelo plenário, que membros
778 não possam, de forma individual, da encaminhamentos. Então, só coloco essa
779 questão aqui para todos nós ponderarmos e, eventualmente, para a gente pensar
780 ou nessas reuniões extraordinárias, digamos assim, da mesa diretora para que não
781 fique esperando a próxima reunião da mesa diretora ou para que a gente faça já
782 uma escala de relatorias, para que assim que cheguei uma denúncia alguém já faça
783 um relatório e a demande do mini colegiado da mesa uma deliberação emergencial.
784 Então, coloco aqui para análise de vocês. Obrigada.

785 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** – Eu
786 acho que essa questão do fluxo, era uma questão que a gente já estava debatendo
787 há um tempo e acho que talvez seja a caso de levar como pauta para a próxima
788 Reunião Ordinária uma definição mesmo do fluxo do encaminhamento das
789 denúncias, porque entendo o que ambos estão dizendo eu acho que seria muito
790 importante se a gente tivesse a completude inteira. Então, por exemplo, Defensoria
791 recebe uma denúncia, a gente tem conhecimento de que essa denúncia foi recebida
792 e foi feito um certo encaminhamento, mas a gente sabe que isso na prática não
793 acontece, as informações do sistema prisional são desatualizadas como um todo.
794 Então, as ações são feitas a partir também da própria Defensoria Pública ou do



795 Ministério Público, enfim, quem recebe essa denúncia, mas da estrutura que eles
796 têm, porque cada Defensoria também tem a sua estrutura. Existem Defensorias que
797 têm defensores, têm núcleos especializados, têm Defensorias que não tem. Então,
798 enfim, é complexo como a gente poderia dar conta dessas denúncias, mas eu acho
799 que isso deveria ser pauta para a próxima reunião ordinária para que a gente
800 pensasse, então, em uma forma, ainda que a gente não tenha, enfim, talvez, a gente
801 consiga estabelecer contato com algumas Defensorias Públicas específicas para
802 ter esse fluxo, talvez umas que tenham núcleos e etc., mas a gente ainda tem de
803 pensar como se organiza mesmo internamente dos nossos próprios órgãos que
804 compõem o comitê é o mecanismo dessas denúncias que chegam para todo
805 mundo. Então, sugiro que a gente trata dessa questão como pauta na próxima
806 Reunião Ordinária e que, enfim, em relação ao encaminhamento do Ceará, que seja
807 feito então esse convite para esses atores e acho que a gente pode, não sei se
808 vocês já elencaram alguns desses atores para a gente... Se faltariam alguns, para
809 gente seguir para a fala da Maria Clara.

810 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Fiz aqui essa anotação. Convidar para a
811 audiência na próxima RO: GMF lá do tribunal, vara de execução do tribunal, em que
812 pese eu tenho dúvidas se não seria o GMF o órgão para falar em relação a esse
813 acompanhamento, até porque a gente tem ali... Não, tem aqui as varas aqui de
814 Sobral. A gente pode pensar também se a gente quer ouvir o juiz também de cada
815 ou se o GMF está acompanhando a situação que a gente quer ouvir para trazer
816 esse dado de supervisão; DPE, MPE, SEAP, a Secretaria, o Comitê Estadual, o
817 Conselho Estadual das Direitos Humanos, a Frente, e, eu coloquei aqui, o
818 Mecanismo. Ok?

819 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
820 Alguém quer falar alguma coisa?

821 **Sra. Ana Valeska (Perita - Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à**
822 **Tortura - MNPCT)** – Sofia, eu ia falar, sou eu Ana Valeska. O GMF realmente é um
823 representante importante, o GMF fica dentro da estrutura do TJ na Corregedoria,



824 mas considerando que tem esse GT dentro do Tribunal de Justiça do Ceará, acho
825 importante também está convidando a corregedoria, porque ela também pode
826 designar. Porque a corregedoria, ela deve estar acompanhando todas as últimas
827 recomendações do relatório do CNJ com em relação aos locais que houveram as
828 inspeções e em relação também a questão de mutirão. Eu acho que é corregedoria
829 e GMF, é minha sugestão.

830 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – E sobre os juízes das varas?

831 **Sra. Ana Valeska (Perita - Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à**
832 **Tortura - MNPCT)** – Porque assim, a corregedoria ela, com certeza, ela participou
833 de reuniões na seleção do CNJ, ela deve ter informação atualizada da situação das
834 varas e, porque quando o CNJ vai nos estados, são dois tipos de inspeção: inspeção
835 no sistema prisional é no socioeducativa é as correções nas varas o, então,
836 proponho que a corregedoria tem todas as informações em cima também a das
837 recordações emitidas pelo CNJ. Eu acho que a corregedoria... Assim, minha
838 sugestão seria a corregedoria e o GMF que, eu acho que poderia corresponder
839 essas informações necessárias na reunião. Se vocês concordarem, essa era a
840 minha sugestão.

841 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Entende que. Eu concordo com essa
842 sugestão da Ana Valeska. Quero saber se o plenário tem objeção, será Presidente
843 tem alguma objeção.

844 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
845 Não.

846 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Mantemos GMF e corregedoria apenas
847 nesse primeiro momento. Uma questão aqui um de ordem para essa sugestão
848 anterior, já que nós deixamos esse momento, o que fazer uma proposta de ajuste
849 do fluxo. Nós precisamos então, de uma proposta por escrito e o prazo que temos



850 para enviar para a RO a proposta e a pauta com os documentos, era até o dia 2.
851 Ou seja, dia 2 de feriado, então, seria aí até o dia 1 de novembro.

852 **Interlocutora não Identificada** – Eu levantei minha mão para falar um tempo sobre
853 essa questão do fluxo. Posso falar agora?

854 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
855 Pode.

856 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Por favor, Fernanda.

857 **Sra. Fernanda Vieira de Oliveira (Assessoria Popular Maria Felipa)** – Obrigada.
858 Bom, a resolução fala dos fluxos através da mesa diretora. A mesa diretora teria um
859 prazo, seu nome engano, é um prazo curto para designar ao relator e, a partir dessa
860 designação do relator, a gente tinha acordado naquela reunião da mesa diretora de
861 quem for ficar como relator é chamar o ponto focal do Mecanismo também para,
862 exatamente, suprir o que a Ana Valeska trouxe é que com Herbert também, que as
863 denúncias que terão por vários canais. Então, na verdade, a gente ainda não
864 experimentou esse desenho inicial de fluxo, porque a ideia, inclusive, era
865 experimentar para depois transformar em uma resolução para ver se funcionava,
866 para a gente não ficar fazendo resolução em cima de resolução. Inclusive houveram
867 interpretações um pouco diferentes sobre essa proposta, mas que já foram sanadas
868 e aí a partir daí a dar os encaminhamentos, não no sentido do que a Fernanda falou
869 de tomar decisões individuais, mas no sentido de convocar a mesa diretora de forma
870 extraordinária para apresentar as propostas de encaminhamento que elas serem
871 aprovadas. E eu tinha entendido dessa forma, eu posso ter entendido
872 completamente errado, mas assim, esse era o desenho do fluxo inicial que seria
873 experimentado, considerando que já existe na resolução aprovadas, mas um
874 acréscimo nessa questão de acionar os pontos locais. Eles o que ainda não foi
875 vivenciado, então, a gente vai construir uma resolução ainda sem vivenciar essa
876 primeira proposta? Essa é minha pergunta. Eu cáí, desculpa. A gente vai construir
877 uma resolução sem ter vivenciado ainda o que foi proposto ou a gente aguarda a



878 reunião, como o Herbert propôs e a Sofia também e a Fernanda, para a gente
879 discutir presencialmente melhor isso?

880 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) – A**
881 Fernanda está com a mão levantada.

882 **Sra. Fernanda da Silva Rodrigues Fernandes (Associação Nacional das**
883 **Defensoras e Defensores Públicos) –** Em cumprimento ao que a Fernanda
884 colocou. De fato, Fernanda, de novo reitero como falei no início. Pelo que eu havia
885 compreendido da nossa primeira reunião com que segunda da Mesa Diretora, esse
886 fluxo tinha ficado definido, de que as denúncias eventualmente que chegassem,
887 seriam oficiadas às autoridades locais e o Mecanismo para pedir informações
888 atualizadas. Pode ser que eu tenha me equivocado, pode ser que eu esteja
889 equivocada e que a essa deliberação tenha sido em relação às denúncias até então,
890 recebidas, mas é lógico que foi dessa forma, por exemplo, o que a gente está vendo
891 aqui uma denúncia de junho. Não tem como haver deliberação sem saber se teve
892 recomendação do Mecanismo, quais foram as recomendações, qual o estado atual
893 da denúncia, que as autoridades locais já fizeram, porque a gente vai ficar
894 enxugando gelo ou, eventualmente, deliberando sobre uma questão ou que já foi
895 resolvida ou que piorou e a gente não sabe o estado atual ou que foi suprimida,
896 enfim. Então, é, de fato, eu estou gostando compreender ou como pode fazer até
897 em termos de... Porque a resolução tem esse fluxo e, assim, penso que a reunião
898 emergencial da Mesa Diretora seria a providência mais condizente com o que a
899 resolução que para prever, porque eventualmente, é o que permitiria: "olha, aqui vai
900 ter o encaminhamento emergencial X, Y e Z." Mas também não vejo alguma saída
901 de deliberação da Mesa Diretora que não seja encaminhar um ofício que, porque é
902 a Mesa Diretora não vai lá nos questionar... Como eu falei.

903 **Sra. Fernanda Vieira de Oliveira (Assessoria Popular Maria Felipa) –** Eu dirirjo
904 um pouco, Fernanda, em relação que era o único encaminhamento, é ofício, ainda
905 que a gente não vá lá inspecionar a Mesa Diretora, não vá lá inspecionar, eu acho
906 que existem outras formas de acessar as instituições, as entidades, são através dos



907 ofícios. Mas eu acho que a relatoria e, ela tem um papel central que eu acho que é
908 isso que ainda não está bem compreendido que é justamente essa denúncia de
909 junho, quem foi nomeado relator vai ter que tomar pé disso, saber o que aconteceu,
910 o que não aconteceu, se ainda persiste ou se agravou para levar isso mais a
911 seletivamente, seja para reunião da Mesa Diretora, seja para o plenário. Eu acho
912 que esse encaminhamento que a gente tinha dado de oficiar os órgãos, era para os
913 encaminhamentos e, para as medidas, para as providências é para os relatórios
914 antigos que, até aquele momento, não para os novos. Então, acho que houve um
915 ruído aí na informação em relação a como seria, a partir daí a gente atuaria de
916 acordo com a resolução, com um acréscimo de acionar o ponto focal do Mecanismo,
917 tendo consciência que quem monitora, fiscaliza e vai para o território é o
918 Mecanismo.

919 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** – Eu
920 acho que tem duas discussões aqui, acho que por isso, assim, a gente estava
921 fazendo essa discussão que uma discussão era: o trabalho da Mesa Diretora e o
922 fluxo de denúncias que a gente recebe e como a gente processa essas denúncias.
923 Essa é uma discussão. Acho que a outra discussão é: das denúncias que chegam
924 de outros locais que não são da Mesa Diretora e que a gente tem que incorporar
925 essas denúncias e acho que, em relação ao fluxo da Mesa Diretora, eu acho que
926 tem a resolução ter uma acho que a gente pode entender melhor essa forma de
927 trabalhar o assim como as Fernandas, estava na reunião de entendi o que
928 aconteceria um pouco desse jeito como a Nana relatou e a Fernanda também que
929 e acho que, eventualmente, teremos que ter reunião espertalhão ordinárias e da
930 Mesa Diretora a partir do momento que chegam denúncias que sejam urgentes
931 precisam ser tratados na Mesa Diretora e, depois, serem encaminhadas para o
932 pleno. Mas, de todo modo, existem essas outras denúncias, das quais, a Mesa
933 Diretora não tem conhecimento, porque chegaram por outros atores, então, como a
934 gente incorpora essas denúncias que chegaram por outros atores junto com as
935 denúncias que chegaram à Mesa Diretora pelo SEI? Então, acho que são duas
936 discussões se diversas e a gente precisa montar realmente um esquema de



937 trabalho que seja mais produtor e aí, sugerir para a gente, enfim, a partir dessa
938 discussão que a gente que está tendo aqui, levar isso para a próxima reunião
939 ordinária. Não sei se, necessariamente, precisa fazer uma resolução para a isso,
940 porque já tem uma resolução para isso, mas que a gente possa pensar
941 conjuntamente formas de estruturar melhor o recebimento das denúncias. Agora eu
942 queria saber se, para vocês, e a gente pode colocar isso como pauta para a próxima
943 reunião ordinária.

944 **Sr. Hebert Barros (Diretor do Departamento de Proteção e Defesa dos Direitos**
945 **Humanos)** – Sofia, se me permite, tentando colaborar aqui com vocês. Entendo
946 que para chegar o assunto à reunião plenária, ordinária, é preciso já chegar com
947 uma proposta, então, talvez seja o caso de a própria mesa diretora se debruçar na
948 medida do que vocês já dialogar e chegar no plenário com uma proposta tendo
949 encaminhado previamente aos membros para a análise e a proposição que vai ser
950 feita. Até onde eu estou entendendo sobre o que a Fernanda colocou, ensinaria,
951 inclusive, a alteração na resolução. Então, para fins de otimização do trabalho, acho
952 que não é muito adequado levar o assunto para debate no plenário, precisa ter uma
953 reflexão prévia e chegar lá com uma proposta e, a partir dessa proposta, então, o
954 plenário debate. A título de sugestão que eu poderia comentar tendo participado do
955 CNDH, que tem um papel em certa medida semelhante ao do CNPCT, era que
956 conhecesse o modelo que o CNDH tem utilizado que, também, envolve a Mesa
957 Diretora. Chegam denúncias, a Mesa Diretora decide os encaminhamentos e leva,
958 ao conhecimento do plenário, o que foi encaminhado e plenário propõe a ações
959 tradicionais àquelas já, eventualmente realizadas já que, na mesma lógica, o
960 trabalho é muito mais de articulação institucional do que de ir em campo, salvo
961 situações gravíssimas que possam ensejar uma missão local.

962 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
963 Não, acho que a gente tem a possibilidade de discutir esse fluxo de denúncias
964 também na reunião da Mesa Diretora de entender como a gente pode dar conta. A
965 próxima reunião da Mesa Diretora não ficou muito bem definida. Eu acho que



966 mandei uma mensagem lá no grupo que, eu acho que dia 28, parece que vocês não
967 vão trabalhar, que pedia do servidor público que seria o dia que estava marcada a
968 reunião, então, não ficou marcada ainda a data da reunião da Mesa Diretora, mas
969 a gente poderia levar essa questão desse fluxo para a Mesa Diretora também
970 discutir, mas de todo o modo, eu entendo Herbert falou de ter que levar uma
971 proposta. Mas eu acho que a gente poderia, para a reunião ordinária, levar essa
972 questão para a Mesa Diretora para entender como que vão ser os fluxos e como vai
973 ser a resolução na Mesa Diretora, como a gente vai, em que, dar conta um desses
974 fluxos. Mas a outra questão é isso mesmo, de que como a gente vai incorporar
975 essas outras denúncias que chegam, então, acho que isso tem que ser uma pauta
976 para ser discutida em conjunto e ainda que a gente pense em formas de fazer isso
977 e leva uma documentação antes da reunião da Mesa Diretora, eu acho que isso tem
978 que acontecer. Tem uma data já, João, para a reunião da Mesa Diretora?

979 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Então, Natália, você chegou a fazer
980 contato com o pessoal ontem? A gente tinha dado três datas de sugestão para
981 remanejar o dia 28.

982 **Sra. Sra. Natália** – Não, eu acabei sondando a Carol e secretário Ezequiel. A Carol
983 diz que pode, seja no dia 26... Desculpa... Nas duas datas que você proposto para
984 ela está tranquilo no período matutino e de aí, teríamos de ver com o pessoal da
985 sociedade civil.

986 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Dia 26 pela manhã. Ok, compartilha do
987 grupo da Mesa Diretora para a gente alinhar e ver quem pode e, eventualmente,
988 outras sugestões, por favor.

989 **Interlocutor não identificado** – João, tinha aquela história de alterar a data,
990 postergar o usufruto do dia do servidor para o dia 31, ou se estava previamente
991 marcada para o dia 28, já está nas agendas e se, de fato, se configura essa
992 possibilidade, talvez possa se manter.



993 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** – Mas
994 eu acho que o TJ, eu não sei, a Fernanda que é funcionária pública, porque tem TJ
995 que não aderiu isso do dia 31. Não sei se a Fernanda aderiu. Em Goiás, como que
996 o TJ se pronunciou.

997 **Sra. Fernanda da Silva Rodrigues Fernandes (Associação Nacional das**
998 **Defensoras e Defensores Públicos)** – Sofia, eu confesso que...

999 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
1000 Você não sabe?

1001 **Sra. Fernanda da Silva Rodrigues Fernandes (Associação Nacional das**
1002 **Defensoras e Defensores Públicos)** – Eu confesso que eu não sei...

1003 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
1004 Então, que está bom, mas...

1005 **Interlocutor não identificado** – A Fernanda está de férias ainda, coitada.

1006 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** – Que
1007 está bom. E aí eu... Então, acho que é isso, acho que a gente pode discutir essa
1008 questão do fluxo na reunião da Mesa Diretora e, também, se alguém da sociedade
1009 civil até lá da reunião da Mesa Diretora também tiver alguma sugestão de como a
1010 gente pode seguir esse fluxo de denúncias que, também, em relação à própria
1011 relatoria, que a Nana ficou com a relatoria do Espírito Santo, mas também está na
1012 Mesa Diretora, tiver algo a gente pode levar para a Mesa Diretora e, eventualmente,
1013 levar como pauta para a próxima reunião. Acho que daí, com isso, a gente pode
1014 passar para a denúncia do Curado.

1015 **Interlocutora não Identificada** – Sofia.

1016 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** – Oi.



1017 **Interlocutora não Identificada** – E João que está voltando aí, só um detalhe. Além
1018 daqueles atores convidados para a reunião do Ceará, vai ser convidado o
1019 representante do estado do Ceará também do, do governo?

1020 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Secretaria de estado de administração
1021 prisional já está aqui.

1022 **Interlocutora não Identificada** – É, eu queria... Ah, só para confirmar, está bom,
1023 obrigada.

1024 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
1025 Acho que a gente pode passar, então, a fala para a Maria Clara para falar das
1026 denúncias do Curado.

1027 **Sra. Maria Clara D'Ávila Almeida (Titular - Gabinete de Assessoria Jurídica às**
1028 **Organizações Populares, GAJOP)** – Só a Fernanda estava com a mão levantada,
1029 não sei se ela ainda quer falar mais alguma coisa sobre essa questão.

1030 **Sra. Fernanda** – Não, não quero não. Obrigada.

1031 **Sra. Maria Clara D'Ávila Almeida (Titular - Gabinete de Assessoria Jurídica às**
1032 **Organizações Populares, GAJOP)** – Bom, como eu tinha antecipado na reunião
1033 ordinária que, na verdade, não é nem uma denúncia de uma situação individual
1034 específica, mas é o resultado da correção ordinária feito pelo CNJ no mês de
1035 agosto, que dar continuidade ao acompanhamento das determinações da
1036 condenação da Corte Interamericana sobre as violações de direitos no complexo do
1037 Curado. Então, a questão era verificar o como que ou estado tem ou não tenho
1038 aplicado medidas para interromper as violações e reparar esses danos. Nós
1039 acompanhamos... Eu acredito que havia uma entrada aqui também na reunião, mas
1040 nós acompanhamos tem quatro representantes dos conselhos da comunidade e,
1041 também, do Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura, ao qual havia uma
1042 representante da coordenação colegiada, e acompanhamos já há alguns dias dessa
1043 inspeção é o que foi constatado é que, não... O estado não adotou nenhuma medida



1044 para interromper aquela situação verificada desde 2011, como a situação piorou
1045 bastante. Então, nós temos, atualmente, pelo que foi verificado em agosto, tinha a
1046 superlotação de cerca de 360% da capacidade, a situação é extremamente
1047 deplorável. Eu não sei se é possível até passar as imagens, eu mesmo tirei algumas
1048 fotos e eu posso colocar aqui se vocês se interessarem de ver, porque eu acho que
1049 tem coisas que é melhor ver do que descrever, mas uma das situações dos espaços
1050 lá que, por exemplo, ao anexo, você tem uma situação a céu aberto, que as pessoas
1051 privadas de liberdade utilizam lonas para se protegerem da chuva, do tempo, enfim.
1052 É bom ressaltar que, em julho desse ano, nós tivemos uma situação que prestou
1053 porque alagamento bem grave e, cerca de mais de 100 pessoas morreram no Recife
1054 por conta dessas chuvas, então, vocês imaginam a situação de quem estava nesse
1055 local, nesse complexo do Curado. As pessoas dormiam no chão e só tendo essas
1056 lonas furadas para protegerem a si e aos seus pertences, uma situação super sub
1057 humana e que também favorece a autogestão das pessoas que estão privadas de
1058 liberdade, então, situações de ilegalidade, o estado se eximindo de administrar a
1059 situação mesmo nos locais em que tenha a proteção de tetos, digamos assim. Na
1060 verdade tem buracos de construções super precárias, mofo, ratos, é uma situação
1061 assim, absolutamente horrível. Tem a situação também, do que se chama, a
1062 favelização dos presídios lá é muito gritante. A situação favorece um comércio
1063 informal, o que se pode imaginar que pode inserir nesse comércio. É bom lembrar
1064 que essa visita do CNJ já estava marcada há meses e, mesmo assim, a maquiagem
1065 que fizeram lá não foi suficiente para esconder realmente a situação gritante de
1066 violação de direitos humanos. Enfim, para concluir, eu acredito que vendo as
1067 imagens, dá para ter uma compreensão melhor de como está a situação, mas o
1068 CNJ, essa decisão da Maria Tereza é uma decisão preliminar, o relatório completo
1069 é da comissão e ainda vai ser publicado, mas a Ministra Maria Tereza já publicou
1070 uma decisão que determina, dentro das medidas, a redução de 70% da população
1071 prisional em períodos de até 8 meses, que é uma decisão super importante, porque
1072 uma das principais de toda essa situação é, realmente, a super lotação. Em diálogo
1073 com o representante do Governo do Estado, aparentemente já estão sendo



1074 adotadas algumas medidas para auxiliar nesse processo. Bom lembrar que o CNJ
1075 determinou medidas prioritariamente para o Poder Judiciário, até porque é ele que
1076 foi o responsável por não aplicar, por exemplo, uma das medidas da Corte
1077 Interamericana que é o conto em dobro das penas de todos os presos que estavam
1078 cumprindo pena no Complexo do Curado nesse período, deveriam ter sido contadas
1079 as penas em dobro, os dias em dobro e isso tem sido negado constantemente pelo
1080 Tribunal de Justiça de Pernambuco. Determinou a realização de mutirões, tinham
1081 várias situações, por exemplo, quando eram feitas fiscalizações, que a gente sabe
1082 que os juízes não fazem, mas quando eram feitas constavam que a situação estava
1083 irregular, estava boa, estava ótima sendo que, no momento, tinha a existência de
1084 uma super lotação de mais de 400%. Então, tem uma situação bem grave também
1085 de como o poder judiciário local, ele tem contribuído para essa situação de violação
1086 de direitos, mas é importante ressaltar, como se trata de uma condenação
1087 internacional, o Estado Brasileiro também responde sobre isso, então, todo os
1088 atores estão implicados. O Governo Federal, o governo estadual e o poder judiciário
1089 também. E aí, o que a gente quer trazer nessa situação aqui com o comitê? Que eu
1090 acredito que muitas das medidas semelhantes ao que foram adotadas em relação
1091 ao Ceará, que é convidar representantes do Poder Judiciário e, também, do
1092 Governo do Estado. Acredito que as autoridades também do Governo Federal
1093 também devem se posicionar em relação a isso o, porque também é obrigação do
1094 Governo Federal o acompanhar essas situações, já que é uma condenação
1095 internacional, para entender como é que está se dando esse acompanhamento. Já
1096 se sabe que, de medida concreta também, eles não estão sendo mais transferidos
1097 para lá, mas é importante entender que construir mais presídios não vai resolver o
1098 problema da superlotação do estado, como o Poder Judiciário vai continuar
1099 prendendo cada vez mais pessoas e a construção de novas com unidades não vai
1100 dar conta do problema. É preciso entender, de fato, que tem uma redução da
1101 superlotação, principalmente em alguns estados com maior índice de prisões
1102 provisórias, então, o que a gente quer é que, realmente, o comitê auxilie a
1103 pressionar as autoridades locais do Poder Judiciário, mas também do governo do



1104 estado, entendendo que mesmo que o governo do estado, atualmente, tenha se
1105 comprometido com algumas medidas, no ano que vem nós vamos ter uma transição
1106 de governo, então, é importante que esses compromissos já assumidos, eles
1107 permaneçam mesmo com a transição do governo e que, também, entender qual é
1108 o compromisso que o Governo Federal também vai adotar em relação a isso. Então,
1109 basicamente é isso. Eu vou passar a palavra só para a Wilma complementar. Eu
1110 vou fazer a relatoria da situação com base na decisão da ministra Maria Tereza e,
1111 também, das inspeções que nós participamos e já deixar a essas sugestões de
1112 convocação de autoridades para que prestem esclarecimentos é que façam para
1113 um acompanhamento, na verdade, como o que tem se dado a aplicação das
1114 medidas. É isso.

1115 **Sra. Wilma Melo (Gestão Compartilhada do Comitê de Combate Prevenção a**
1116 **Tortura do Estado de Pernambuco)** – Está comigo a fala, Maria Clara?

1117 **Sra. Maria Clara D'Ávila Almeida (Titular - Gabinete de Assessoria Jurídica às**
1118 **Organizações Populares, GAJOP)** – Eu acredito que sim.

1119 **Sra. Wilma Melo (Gestão Compartilhada do Comitê de Combate Prevenção a**
1120 **Tortura do Estado de Pernambuco)** – É, o meu áudio está fechado, mas vamos
1121 lá. Posso falar? Só estou pedindo, só para saber.

1122 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
1123 Pode sim, Wilma.

1124 **Sra. Wilma Melo (Gestão Compartilhada do Comitê de Combate Prevenção a**
1125 **Tortura do Estado de Pernambuco)** – Pronto, o áudio está fechado, eu não se
1126 abrir.

1127 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** – A
1128 Câmara está fechada, o áudio a gente está ouvindo.



1129 **Sra. Wilma Melo (Gestão Compartilhada do Comitê de Combate Prevenção a**
1130 **Tortura do Estado de Pernambuco)** – A câmera está fechada, então, veja só, não
1131 sei porque, mas eu não consigo abrir. Mas vamos lá, a questão é a seguinte: além
1132 de coordenadora do comitê e o comitê ter sido convocado através da correção
1133 extraordinária do CNJ, eu também faço parte, eu também sou representante dos
1134 beneficiários das medidas provisórias da Corte. Tanto sempre, como a justiça
1135 global, agora nós estamos fazendo monitoramento. Nós estamos, desde 2011 e
1136 com outras também, outras entidades, mas no momento o monitoramento fica,
1137 como sempre, com a justiça global. Então, como sempre, aqui em Pernambuco, a
1138 gente faz esse monitoramento, então, porque a gente percebe? Que, desde 2011,
1139 quando foi apenas expedida a medida cautelar pela comissão Interamericana de
1140 direitos humanos, não foi cumprido. Em 2014, então, a comissão Interamericana
1141 apresenta a Corte à situação não cumprida, então, a Corte considera de urgência e
1142 de violações constatadas, então, expede as medidas provisórias. Então, em 2014
1143 começa a jurisdição da Corte no complexo do Curado. Em 2015, a Corte recomenda
1144 ao governo do estado caminha proteção, porque as situações ficaram muito mais
1145 complexas ainda. Em 2018, eu vou pulando, porque tem 2016 e 2017. Em 2018, a
1146 Corte, então, decide pelo conto em dobro e o conto em dobro, o que ele é focado
1147 apenas nas condições desumanas e não interferem, como o TJ aqui está
1148 interpretando que a Corte não tem jurisdição para isso na soberania do Brasil
1149 quando, na realidade, ela tem jurisdição. O STF já confirmou, reafirmou, o CNJ veio
1150 aqui essa correção e, o que temos, como a Maria Clara bem apresentou, presos em
1151 situação de rua dentro das prisões, ou seja, não tem mais lugar para colocar preso,
1152 então, se colocou... Os presos dormem empanados fora dos pavilhões, verdadeira
1153 situação de rua. É importante dizer isso, além do processo de favelização geral das
1154 unidades. Nós temos a barbearia, que é uma coisa horrorosa, nós temos o galpão,
1155 nós temos o anexo no PFDB que é absurdo, enfim. Nós temos uma superlotação
1156 em todas as três o, mais agressivamente no PFDB também, porque a situação ficou
1157 sem controle, é um local onde existe muitas armas de fogo. Em 2020 até 2022, eu
1158 acredito que foram mais de 120 armas apreendidas, acho que foram apreendidas,



1159 mas existem as que não foram, então, é uma situação ruim grave de violação de
1160 direitos humanos e onde as pessoas ficam encarcerados sem do local se quer para
1161 colocar os pés, quanto mais para do dormirem. Então, acredito que essa situação é
1162 muito grave e que precisa desse envolvimento de todos os órgãos públicos de
1163 controle da política pública, principalmente quando se diz que aquilo ali é um espaço
1164 de produção de tortura. Porque se você não tem onde dormir, como você fica? A
1165 questão sanitária é absurda, a gente consegue encontrar vasos sanitários
1166 superlotados de fezes, entendeu? Porque a estrutura não foi feita para aquela
1167 quantidade de pessoas, nós temos mais de 6000 presos, então, com a resolução
1168 do câmputo em dobro. E já em 2017, a corte em já recomenda que não entre mais
1169 pessoas no complexo do Curado. Em 2018, isso é reafirmado e, inclusive, se fala
1170 da população LGBTQIA+. A gente tem um processo LGBTQIA+ fobia descarado, a
1171 verdade é essa, onde tem uma unidade que é o PFDB, elas são obrigadas a se
1172 vestirem sem roupa feminina. Nós temos, nessa realidade, pessoas encarceradas...
1173 Lá não existe, no Estado do Pernambuco, não existe o tratamento hormonal pela
1174 então, a gente tem uma situação delicadíssima dentro do complexo do Curado e,
1175 todas essas situações foram apresentadas à corte e a corte apresenta ao governo
1176 brasileiro de, ao Brasil, às instituições brasileiras essa questão. Então, o CNJ,
1177 quando ele foi, eu costumo dizer... A correção extraordinária era necessária, porque
1178 já estava no limite. Acompanhando, eu posso dizer que a informação é que não está
1179 proibida a entrada de presos no complexo, enfim, depois do CNJ e que ontem foi
1180 aprovada uma lei que aumenta a capacidade do número de policiais e penais dentro
1181 das unidades prisionais de Pernambuco agora, podendo ser 4000 policiais penais.
1182 Porque, nas instituições, a gente encontra em média de seis a oito agentes ou
1183 policiais e penais, estou ainda na fase do agente penitenciário, para dar conta de
1184 2000 presos. Gente, isso também está dentro da recomendação da Corte, a corte
1185 não recomenda só o olhar das garantias para os presos, eles têm uma decisão não
1186 só para as pessoas encarceradas, mas todos que estão dentro do complexo do
1187 curado, então, isso são familiares, presos, funcionários, então, tudo isso a gente
1188 encontra. Se houve uma melhora... De 2011 para cá, houve uma melhora no



1189 atendimento à saúde, mas como você pode dizer que essas pessoas estão tendo
1190 essas garantias, se você tem uma superlotação? A superlotação para se todos os
1191 problemas e hoje a gente tem o COTEL, que é a porta de entrada, o que eu tenho
1192 me comunicado constantemente com o COTEL, onde não parou, as audiências de
1193 Custódia não estão sendo suficientes para impedir a entrada de presos nas com
1194 unidades prisionais. Então, a porta de entrada aqui na região metropolitana é o
1195 COTEL e o índice não baixou, então, quando a gente trabalha a questão do
1196 fechamento da entrada no complexo do Curado, vocês imaginam o que está
1197 acontecendo em outras unidades prisionais com o mesmo fluxo de entrada no
1198 COTEL. Então, é uma situação muito mais complexa do que foco de a gente tem
1199 queixas de espancamento de presos, os presos chaveiros ainda dominam, porque
1200 quem toma conta realmente não... O número de policiais penais não dá conta e
1201 quem realmente toma conta eternamente dos pavilhões são os chaveiros e sua
1202 equipe. No PFDB tem o anexo, que a Maria Clara se refere, onde existem mais de
1203 800 presos em processo de favelização e o chaveiro diz que impedem que contar
1204 com aproximadamente 70 presos ajudando ele no controle do pavilhão, imagina o
1205 que isso não acontece. Então, é preciso que a gente tenha desde olhar mais
1206 profundo sobre essa realidade, porque não é uma realidade simplesmente de uma
1207 superlotação qualquer, até porque o CNPCT já determinou um número de limite de
1208 até 137,5%, mas lá não é. No PFDB a gente tinha 400% de isso existe no estado
1209 todo e, agora com o fechamento do complexo e com o mesmo fluxo de presos e
1210 entrando no COTEL, outras unidades estão em situação de calamidade, porque o
1211 problema todo não é só o complexo. A gente sabe, muito bem, que é genérico a
1212 situação. Inclusive, eu estive recentemente tem duas unidades do interior do estado
1213 e lá a gente encontrou práticas de tortura horrorosa, ainda a gente tem uma coisa
1214 no Estado do Pernambuco é que, depois de todo esse processo, a gente ainda não
1215 se debruçou pontualmente sobre a questão das unidades prisionais serem extensão
1216 da delegacia de polícia, a gente vai para dentro das unidades hoje ele encontrar
1217 policiais fazendo investigação dentro da unidade sem nenhum documento
1218 concedido pelo juiz ou pela juíza. O então, Pernambuco está precisando de apoio,



1219 precisando de intervenções mais seguras, mais efetivas é a gente tem oito meses
1220 para tentar reduzir essa situação. Inclusive, a gente também tem a informação de
1221 que foi aumentado o número os defensores públicos, porque a gente sabe que a
1222 maioria da população é composta de pobres, pretos e periféricos, então, são
1223 pessoas que são outros problemas que a gente tem que pautar, carta de guia.
1224 Apesar da tecnologia, as cartas de guia não chegam e que alguns juízes ou juízas
1225 não fazem o processo de carta de guia para os sentenciados e aí começam a
1226 execução penal, então, tem presos que cumprem a sentença por uma falta de carta
1227 de guia. Aqueles que não tem como se comunicar, não tem defensor público, não
1228 chega ao defensor público, porque uma pessoa quem não tem conhecimento, não
1229 tem visitas e é comum que se encontrar pessoas que cumpriram uma sentença para
1230 mais daquilo que foi relatado. Então, assim, eu vejo a minha fala dizendo que é
1231 necessário um olhar do acompanhamento do comitê nacional, do Mecanismo
1232 nacional para as questões focais da situação prisional do estado de Pernambuco,
1233 assim como eu vim do Paraná, vim de Minas Gerais, nós precisamos aqui dessa
1234 ação. Porque mais que a gente diga, só presencialmente as pessoas estão entender
1235 a lógica, como os juízes saíram abismados contudo àquilo que viram, porque é sui
1236 generis, presos em situação de rua é sui generis, o processo de favelização é muito
1237 sério aqui dentro, talvez mais sério do que em outros processos de favelização,
1238 então, é muito difícil. Portanto, não existia investimento, não existia nada e a
1239 alimentação são os familiares que levam, em sua maioria, a partir alimentícia, além
1240 dos de gêneros de higiene que, também, são levados pela família. As reformas
1241 feitas de forma improvisada, elas não são feitas com dinheiro do estado, e isso é
1242 uma outra coisa que tem que ser feito. A comida não é de qualidade, a situação é
1243 precária no estado de Pernambuco que precisa ser ver, porque tem uma
1244 transversalidade com tudo o que vocês possam imaginar em termos de extorsão,
1245 de corrupção, de tudo. É isso o que eu queria dizer.

1246 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –** Eu
1247 queria agradecer a Wilma e a Maria Clara pelos relatos e antes da... Hebert, eu não



1248 sei se está com a mão levantada agora, se foi de agora o durante a fala. Foi agora?
1249 Então, eu vou passar a palavra para o Hebert e, na sequência, para o Matheus.

1250 **Sr. Hebert Barros (Diretor do Departamento de Proteção e Defesa dos Direitos**
1251 **Humanos)** – Obrigado, Presidente. Obrigado, Maria Clara e Wilma. A situação é,
1252 de fato, muito grave o caso de curado e o que se espalha, como a Wilma bem relata
1253 em todo o sistema penitenciário do estado de Pernambuco, é, de fato, de uma
1254 gravidade gigantesca que tem, inclusive, demandado a intervenção tanto da
1255 comissão quanto da Corte Interamericana de direitos humanos. Não sei se todos
1256 sabem, mas a representação do estado brasileiro no âmbito do sistema
1257 Interamericano de direitos humanos é feita conjuntamente pelo nosso ministério,
1258 pelo MRE e pela AGU. O Matheus, que está aqui representando o MRE, é quem
1259 acompanha lá divisão de direitos humanos o andamento do caso. Até compulsando
1260 aqui o processo que tramita internamente para nosso ministério por meio do qual é
1261 feito um monitoramento do acompanhamento das medidas provisórias, vi que tem
1262 um relatório recente agora de outubro, então, achei oportuno pedir a palavra,
1263 Presidente, para solicitar ao Matheus que fizesse uma breve explicação do
1264 conteúdo, se é que esse relatório já está público, Matheus, se não for você me diga,
1265 por gentileza, mas me parece bastante oportuno a indicação da Wilma que, como
1266 um órgão do estado brasileiro, o CNPCT também pode trazer, pode agregar
1267 orientações, formas de acompanhamento de monitoramento em relação à situação
1268 do que ali se vislumbra. Matheus.

1269 **Sr. Matheus Moreira e Silva Aracoeli (Suplente - Ministério das Relações**
1270 **Exteriores)** – Bom dia a todos. Realmente, existe há uma resolução de 2018, como
1271 Wilma bem apontou, ela é a última sobre as medidas provisórias do complexo
1272 penitenciário de Curado. Dentre as várias medidas que foram exigidas pela corte, a
1273 que a gente relata trimestralmente tem sido feito pelo estado brasileiro para
1274 proteger, a saúde e a integridade pessoal de todas as pessoas privadas de
1275 liberdade, bem como de qualquer pessoa que se encontre no estabelecimento,
1276 inclusive, os agentes penitenciários. Além de outras medidas. A gente relatou



1277 recentemente, no início deste mês, mas a gente aqui no MRE tem o entendimento
1278 de que esses relatórios, por se tratarem de um contencioso no tribunal internacional,
1279 eles são a prerrogativa de dar publicidade seria da Corte. Então, se ela não publicou
1280 ainda, a gente trata como reservado, porém não impede de mencionar que o estado
1281 brasileiro tem empreendido, ainda que os desafios sejam imensos para tratar dessa
1282 questão, tanto para o complexo penitenciário de Curado como outros que, também,
1283 são objetos de medidas provisórias perante... Tem desafios grandes, mas o Brasil
1284 tem empreendido os esforços necessários para tentar dar efetividade às medidas
1285 que estão sendo exigidas pela Corte. Informa-se que essa missão que a Wilma
1286 mencionou, o MMFDH é responsável por coordenar as políticas de direitos humanos
1287 no estado brasileiro do âmbito doméstico, participou da missão para fortalecer as
1288 articulações no sentido de dar total cumprimento às medidas junto do governo local
1289 quanto dos outros poderes da república. Entre as várias medidas que a gente
1290 relatou, a que... Deixa eu achar aqui no documento... Que transcendam desde o
1291 tempo dos atendimentos jurídicos diários que estão sendo feitos para os diversos
1292 presos provisórios. Já foi realizado concurso público para o aumento da vaga de
1293 policiais penais para que se tenha um maior atendimento às necessidades dos
1294 privados de liberdade. Foram realizadas algumas melhorias em infraestruturas no
1295 complexo, ainda que reconheço que outras possam ser necessárias e, durante a
1296 pandemia, foram criadas salas de realização de visitas virtuais para, enfim, você
1297 garantir esse direito da visita aos presos. Também existem várias medidas de
1298 atenção à saúde aos privados de liberdade do complexo de Curado com um a
1299 equipe de... Deixa eu achar o número aqui... Ele estava aqui fácil, mas eu acabei
1300 perdendo. Mas existem equipes especializadas para fazer os vários tratamentos...
1301 Nos últimos tempos foram feitos vários atendimentos no sentido de evitar
1302 tuberculose, hanseníase e proliferação de tuberculose e acendia ser no complexo.
1303 Sobre a superpopulação, acho interessante mencionar que o crescimento da
1304 população no prisional no estado, segue uma curva que diferencia um pouco da
1305 curva do complexo de Curado, então, para mostrar que estão sendo empreendido
1306 esforços para que não haja um aumento da população carcerária naquele presídio



1307 além daquilo que deveria. Então, seria a isso a relatar. Daqui a três meses e o Brasil
1308 vai enviar um outro relatório para a corte que a Corte vai avaliar as medidas e, se
1309 achar por bem como ela fez em outras situações, ela puder vir a renovar essas
1310 medidas provisórias ou não, podem continuar entendendo que o Brasil está
1311 empreendendo, pelo menos empreendendo esforços necessários para dar
1312 cumprimento ao que está sendo demandado.

1313 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
1314 Obrigada, Matheus e Hebert. Vou passar a palavra para a Wilma e, depois, para o
1315 Cristiano.

1316 **Sra. Wilma Melo (Gestão Compartilhada do Comitê de Combate Prevenção a**
1317 **Tortura do Estado de Pernambuco) –** Bem, gente que sabe.... Foi agora em
1318 outubro e tem 20 dias para a comissão Interamericana de direitos humanos avaliar
1319 é mandar para a gente o relato do estado enquanto representante dos beneficiários,
1320 depois a gente tem por mês para responder. Mas o que já, eu quero dizer que a
1321 situação da saúde, ela é tão grave dentro do sistema, não é a questão de você ter,
1322 não é questão de você ter programa de tuberculose, não é a questão de você ter
1323 visto, a questão é que não dá conta da situação. O que vocês perceberem, eu acho
1324 que eu tenho, mas eu não e estou com ele aqui agora para lembrar, a quantidade
1325 de pessoas que fazem uso psicotrópico dentro do complexo do Curado é
1326 assustador. Nós o temos todos os médicos, tem médicos que estão apenas
1327 especialistas em saúde mental, mas não tem aquele conhecimento específico da
1328 psiquiatria forense, que é uma coisa que é uma demanda. Então, a gente tem o uso
1329 e temos também um outro dado muito sério questão as mortes no Estado do
1330 Pernambuco, se diz muito a um número muito alto de mortes e se diz natural, ou
1331 seja, por doença, talvez por falta de efetivo para levar as pressupor que na hora que
1332 precisam ou pela demora que se encaminhar essa pessoa para um hospital. Então,
1333 a gente tem dicas mortes naturais e não do são poucas no Estado do Pernambuco.
1334 No complexo do curado a gente também tem, entendeu? Então, a gente tem que
1335 ter esse olhar, porque a gente que sabe que é a super lotação, a questão sanitária,



1336 a questão de doença de pele. Estamos já passando da Covid, a Covid já passou?
1337 As informações da Covid já foram? Vamos tratar a realidade hoje pós Covid,
1338 caminhando sempre para as questões de atendimento, porque a questão sanitária,
1339 a questão... Bombeiros também tiveram, mas eu, depois da visita do CNJ, enquanto
1340 representante dos seus beneficiários, os próprios beneficiários no caso que os para
1341 que as penais, dificultaram a minha a entrada no PFDB e isso a gente mandou para
1342 a Corte e eu estava acompanhada de representante do programa de defensores de
1343 direitos humanos que assistiram tudo isso. Pois é, precisa-se conversar mais,
1344 precisa-se interagir mais, porque uma das medidas da Corte prever essa
1345 harmonização do diálogo entre os representantes e o estado, isso não acontece,
1346 isso não está acontecendo. A gente sabe, porque terceiros ligam e dizem: "olha,
1347 Wilma, ontem foi aprovada na ALEP 4000 policiais penais." Ou seja, não existe, é
1348 como se fosse uma barreira e a gente não consegue dialogar com vocês, não
1349 conseguimos esse diálogo. Porque se a gente tivesse tido esse diálogo
1350 anteriormente, eu acho que as coisas já encaminhariam com mais celeridade e não
1351 precisaria de uma correção extraordinária, entende? Porque eu leio, nós lemos o
1352 que o estado manda dizer, mas a gente faz o confronto inclusive com fotografias
1353 daquilo que a gente está vendo na realidade, então, por isso, sabe, Matheus, que
1354 eu acho... Eu acho não, eu tenho certeza que seria muito bom quando vocês o dia
1355 sem fazer o monitoramento, que os representantes dos beneficiários fossem
1356 convocados para uma conversa, inclusive, isso está na decisão da Corte, entendeu?
1357 Mas infelizmente do estado fica de um lado fazendo seus relatórios e a gente do
1358 lado de cá fazendo os nossos relatórios e comprovando que muita coisa que a dita,
1359 não é executada. Existiu um projeto que não foi executado. Quando o CNJ chegou,
1360 tiraram o pessoal todinho os moradores de rua, arrancaram lá tudinho e colocaram
1361 dentro do pavilhão e, 8 dias depois, eu fui visitar e estavam, tudo do mesmo jeito
1362 que eu fotografei. Então, não adianta maquiar, vamos resolver o problema, maquiar
1363 não dá certo e é por isso que nós estamos, desde de 2014 com a medida provisória
1364 e desde 2011 acionando os mecanismos internacionais. A gente precisa mudar a
1365 estratégia para que o Brasil não fique, porque já tem quatro, não fique como o



1366 complexo do Curado na sua culpa, na sua máxima culpa de não ter feito o que era
1367 de direita fazer, até porque, quando você faz o complexo do curado,
1368 automaticamente você faz as demais unidades prisionais, porque não tinha médico
1369 nas unidades, mas com a decisão da corte sobre o complexo do Curado funcionou
1370 e aí, nós tivemos médicos em todas as unidades prisionais hoje, e isso é o uma
1371 garantia boa, porque ela é vinculante. Então, todos passam e eu espero que o
1372 cômputo em dobro seja visto como uma violação de direitos humanos e não um
1373 como o TJ aqui entende que é uma alteração da lei, não o é uma alteração, ali é um
1374 local onde as pessoas estão em situação cruel e desumana de encarceramento,
1375 Matheus. Muito obrigada.

1376 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
1377 Obrigada, Wilma. Vou passar a palavra para o Cristiano.

1378 **Sr. Cristiano Tavares Torquato (Titular - Ministério da Justiça e Segurança**
1379 **Pública, representação do DEPEN) –** Bom-dia a todos e todas. Apenas no sentido
1380 de contribuir com um pouco de informação sobre essa questão de Pernambuco,
1381 aqui departamento penitenciário nacional. Realmente, a situação penitenciária de
1382 Pernambuco essa comentários em função da realidade da precariedade que existe
1383 hoje. Houve algumas visitas técnicas e, enquanto alguns estados têm mostrado
1384 esforços do muitos do significativos da melhoria de presos trabalhando no Brasil, de
1385 presos estudando, de combate ao déficit de vagas, de execução financeira de
1386 recursos, de aumento de alternativas penais e aí poderíamos citar vários,
1387 especialmente concentrados no Nordeste, onde tem ocorrido as maiores evoluções
1388 no que diz respeito especialmente a presos em atividades educacionais e preso em
1389 atividades de trabalho. O Estado do Pernambuco, ele concentra os piores números
1390 em quase todos os indicadores que se fazem sistema penitenciário, os piores
1391 números em percentual de policiais em relação a presos, os piores números em
1392 relação a execução financeira, os piores números de presos em atividades
1393 educacionais, os piores números em presos trabalhando e por aí à fora, poderia
1394 fazer uma quantidade de indicadores aqui que, infelizmente, o Estado do



1395 Pernambuco enfrenta essa dificuldade e essa realidade hoje. Uma possibilidade,
1396 talvez, seria a intervenção federal, mas respeitado o pacto federativo, a uma
1397 intervenção federal só pode ocorrer se o estado quiser, se o estado permitir e o
1398 estado não tem chamado para si a responsabilidade de resolver a problemática.
1399 Houve a troca de secretário no estado aí eles estão em, nesse momento, nas
1400 últimas semanas em grandes esforços para que a construção de um presídio leva
1401 no Brasil de quatro a oito anos, em média, dependendo da quantidade de essências,
1402 da quantidade de aprovações que são necessárias e isso havendo orçamentário.
1403 Então, não são soluções que se fazem de uma hora para outra e há um esforço
1404 muito grande do novo secretário de Pernambuco e do governo de Pernambuco, ele
1405 liderou uma grande quantidade de recursos para esse fim para que se consiga fazer
1406 licitações com todos os órgãos de controle externo, cientes antes para saiam em
1407 tempo recorde, para que se consiga fazer com unidades e derrubar aquela situação
1408 que está ali fisicamente que é, realmente, inenarrável. Eu não estive lá, mas já teve
1409 duas equipes nossos que foram a pique a resposta que dei foi a seguinte: "o Brasil,
1410 realmente merece estar na Corte Interamericana pela realidade de Pernambuco."
1411 Quando se vai nem Maranhão que teve na Corte, ainda está na corte, mas a
1412 realidade é outra. Se for no estado do Maranhão hoje, lógico que vai ter uma
1413 denúncia pontual ou outra, são milhares de pessoas presas, mas os dados são
1414 impressionantes, a quantidade de presos trabalhando, 150 km pavimentadas de rua
1415 com materiais feitos dentro do sistema, enfim, várias coisas boas. Não tem déficit
1416 de vagas, o Maranhão é um dos estados que conseguiu ter uma diminuição que
1417 estava ontem na Corte, então, essa possibilidade de ao Pernambuco entrar na
1418 corte, pode ser também o mesmo círculo que aconteceu com Maranhão e, quem
1419 sabe, amanhã temos um estado com o sistema penitenciário em Pernambuco
1420 diferente do que tem hoje. Gostaria de deixar essa informação a que como
1421 contribuição daquilo que a gente tem observado aqui para compartilhar com o
1422 Mecanismo a realidade atual e algumas informações do que diz respeito ao
1423 departamento penitenciário nacional.



1424 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** – Vou
1425 passar a aqui a palavra para o Matheus e, depois, para a Maria Clara, mas eu queria
1426 agradecer ao Cristiano. Acho importante essas informações do DEPEN é muito
1427 importante também no sentido de que o próprio DEPEN reconhece o estado de
1428 calamidade do e estado como um todo e eu acho que é algo importante também
1429 que a Maria Clara já disse ali na Falabella e aí você diz aqui um pouco na sua fala
1430 da construção de novos presídios, mas eu acho que a gente tinha que trabalhar não
1431 para a construção de novos presídios, mas sim para que aquelas pessoas que
1432 estejam presas possam não estar mais empresas, porque a construção de novos
1433 presídios o só implica a prisão de novas pessoas de fora que demora um tempo que
1434 essas pessoas não podem argumentar que diz respeito à vida delas. Então, acho
1435 que são essas alternativas que a gente deve pensar é que, enfim, acho que é a
1436 preocupação da Maria Clara que ela levantou um pouco aqui, que é a interdição da
1437 unidade prisional para onde essas pessoas vão ser encaminhadas para que a gente
1438 não pense em uma alternativa que seja a construção de novas unidades prisionais.
1439 Vou passar para a o Matheus e para a Maria Clara.

1440 **Sr. Matheus Moreira e Silva Aracoeli (Suplente - Ministério das Relações**
1441 **Exteriores)** – Minha intervenção agora é só para agradecer as observações aqui e,
1442 principalmente, a disposição de dialogar. Como em nota aqui, vou entrar em contato
1443 com a equipe que cuida do sistema Interamericano dessa troca com a corte e tudo
1444 mais, que sim, vocês estão interessados em conversar, inclusive, você como uma
1445 das beneficiárias das medidas e isso foi tomado nota que a gente vai debater sobre
1446 esse assunto de tentar fazer um contato mais direto que não seja só pela Corte
1447 para, afinal, o objetivo é que a gente soluciona todos esses problemas que não são
1448 apresentados.

1449 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
1450 Maria Clara.

1451 **Sra. Maria Clara D'Ávila Almeida (Titular - Gabinete de Assessoria Jurídica às**
1452 **Organizações Populares, GAJOP)** – Eu agradeço muito retorno já prontamente,



1453 as questões que foram levantadas. Eu me interessaria, Cristiano, bastante se o
1454 senhor pudesse compartilhar conosco esses documentos apontando esses, como
1455 o senhor falou, que o Pernambuco tem um dos piores números em relação a
1456 execução financeira, então, ter um melhor detalhamento disso seria bem
1457 interessante para a gente para poder continuar dialogando com o organismo do
1458 estado para apontar essas soluções. Até porque, depois da transição do governo
1459 vamos precisar fazer esse diálogo novamente. Então, só reiterando isso que a Sofia
1460 falou. Para a gente, a construção de novos presídios não dá conta, a contratação
1461 de agentes é importante, mas ela também não é a única coisa que vai resolver,
1462 enfim, o próprio organismo federal e ter nos outros presídios do Brasil a fora mostra
1463 do que isso é uma medida insuficiente e, principalmente, como foi falado, a
1464 construção de novos presídios implica em um enorme investimento de recursos que
1465 poderiam, na verdade, está sendo utilizados talvez de forma inteligente, está
1466 retirando as pessoas que, assim, por simplesmente pela execução da lei já não
1467 deveriam estar mais sequer estarem presas. Então, agradeço esse diálogo, eu acho
1468 que essa abertura também que o governo se prestou a conversar com a
1469 representante dos beneficiários, ela é muito importante. Eu vou, como Relatora da
1470 situação, apontar algumas sugestões também de encaminhamento para compor. O
1471 comitê, ele pode se manter aí no acompanhamento dessas determinações para a
1472 gente, de fato, promover medidas que alterem a realidade e não que seja a mesma
1473 situação que em 2011 até hoje, nada mudou, muito pelo contrário, só piorou. Então,
1474 a gente realmente um melhor detalhamento enfrentar essa questão da superlotação
1475 dos presídios aqui em Pernambuco, dentre as outras violações, precisamos tirar as
1476 pessoas que já não deveriam estar presas de lá, como a primeira e primordial
1477 medida, depois disso, a gente fala de outras adequações. A situação da estrutura
1478 lá, ela é emergencial, mas não é a única. Obrigada.

1479 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** – Eu
1480 acho que a gente poderia partir para os encaminhamentos que a Maria Clara é
1481 relatora, mas eu acho que o dentro daquelas possibilidades, eu acho que a Wilma



1482 poderia, enfim, ajudar a Maria Clara como uma convidada especialista também no
1483 tema, então, para fazer esse relatório...

1484 **Sra. Wilma Melo (Gestão Compartilhada do Comitê de Combate Prevenção a**
1485 **Tortura do Estado de Pernambuco)** – Para servir de apoio aqui.

1486 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
1487 Não, mas eu estou aqui falando mais informalmente aqui, enfim, no âmbito do
1488 comitê também saber se...

1489 **Interlocutora não identificada** – E, também, a Camila Antero tinha apontado como
1490 também um representante do Mecanismo para fazer esse diálogo também.

1491 **Sra. Maria Clara D'Ávila Almeida (Titular - Gabinete de Assessoria Jurídica às**
1492 **Organizações Populares, GAJOP)** – Eu só queria... Eu vou interromper um
1493 pouquinho só uma coisinha para dizer. O comitê aqui ontem fez uma reunião e a
1494 gente já colocou a pauta esse acompanhamento das pedidas, porque até o comitê
1495 estadual foi convocado pelo CNJ na época, então, a gente ia do comitê estadual
1496 aqui onde a Maria Clara participa também na representação do GAJOP, nós
1497 estamos juntas sempre nesse caminho e quero agradecer, assim, como convidado
1498 a participação aqui e, ainda, dizer: temos unidades prisionais sem parte escolar do
1499 complexo do Curado, anote, quem quiser anotar aí o que for de seu interesse. O
1500 Panfa 2:36:01.2, a gente tem duas salas de aula, mas que só tem vinte presos,
1501 porque é um anexo de outra unidade, então, como a gente vai trabalhar essa
1502 perspectiva de reestrutura. Vamos reestruturar também a escola lá no Panfa
1503 2:36:19.9. Muito agradecida.

1504 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
1505 João.

1506 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Sim, eu levantei a mão para fazer uma
1507 questão, uma pergunta temática para os colegas aqui de Pernambuco, a Maria
1508 Clara e Wilma que é a questão do Mecanismo Estadual. Como é o relacionamento



1509 com eles e o acompanhamento dessas questões? E a outra pergunta temática é
1510 para o colegiado, mas também para a Maria Clara e para a Presidente Sofia, porque
1511 eu acho muito interessante essa colocação de que é insuficiente a construção de
1512 presídios e, aqui, eu quero perguntar para eu ter também com o pensamento, mas
1513 também para o colegiado se pode aproveitar a nota, por onde a gente poderia
1514 construir essa amarração de política para ir tirando as pessoas do próprio sistema
1515 prisional? Temos aqui concretos de caminho para a gente construir essa política,
1516 eu queria pedir esse bate-bola aí com vocês também.

1517 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –** Vou
1518 passar para a Maria Clara para sanar essa pergunta, depois eu posso ficar, enfim.
1519 Dizer aqui algumas possibilidades que eu acho que existem para a gente não ter
1520 mais unidades prisionais e ter mais pessoas soltas.

1521 **Sra. Maria Clara D'Ávila Almeida (Titular - Gabinete de Assessoria Jurídica às**
1522 **Organizações Populares, GAJOP) –** Assim, inicialmente sobre a pergunta em
1523 relação ao Mecanismo, como já apontado anteriormente, existe uma certa
1524 dificuldade com o Mecanismo estadual pelas razões que a gente já tinha colocado.
1525 Muito em relação ao fato de que o Mecanismo, ele é ligado à estrutura do governo
1526 do estado. Ainda não houve uma troca... Já há algum tempo e aí temos uma
1527 necessidade de alteração da lei estadual do Sistema Estadual de Prevenção e
1528 Combate à Tortura aqui no local e existe uma certa dificuldade assim com relação
1529 ao Mecanismo. Mas, enfim, ele existe, ele é presente, ele faz inspeções e relatórios,
1530 mas é isso, temos essa dificuldade mais estrutural da lei do Mecanismo que precisa
1531 ser alterada para ser desvinculada à estrutura do estado. Isso também implica em
1532 dificuldades para o comitê estadual e aí em relação à questão da construção de
1533 novos presídios, eu acho que seria bem positivo dentro dos encaminhamentos, um
1534 posicionamento público do comitê dando esse tipo de orientação, porque a
1535 construção de novos presídios se a gente pegar os próprios dados do DEPEN, por
1536 exemplo, de 2000 para cá, a gente só constrói novos presídios e esse número nunca
1537 acompanha o crescimento também da população prisional. Esse crescimento, ele é



1538 sempre exponencial, é sempre insuficiente enquanto não se tem uma alteração da
1539 política de encarceramento em massa, que nós temos isso só tem Pernambuco,
1540 isso é no Brasil inteiro, isso vem dessa lógica de encarceramento em massa. Se
1541 nós pegarmos, se realmente os mutirões e a análise dos processos fossem do
1542 reverenciados de fato a gente consegue constatar que, pelo menos, 40% dos presos
1543 no estado são provisórios e, além disso, as pessoas que estão em cumprimento de
1544 pena, várias já deveriam ter alcançado progressão, não deveriam mais estar lá,
1545 deveria ter sido contada a questão de remissão é a própria corte Interamericana já
1546 aponta um caminho que é essa questão do cômputo da pena, se você tem uma
1547 situação de ilegalidade que está sendo gerada em razão das condições estruturais
1548 e da superlotação, você provocou uma violação em direitos, o próprio estado
1549 provocou isso, as pessoas que estavam lá em razão dessa ilegalidade deveria ter
1550 o mínimo computar a pena, ou seja, um dia equivale a dois. Essa foi a solução
1551 apontada pela Corte Interamericana, para que agiliza a saída mais rápida das
1552 pessoas que estavam lá. Então, se você vê as próprias medidas provisórias já
1553 apontada pela Corte Interamericana elas buscam dar conta a superlotação, sem a
1554 necessidade de recorrer a construção de novos [ininteligível]. Uma vez que se você
1555 primeiro não desafogar essa unidade, não vai resolver o problema, fora que as
1556 pessoas continua sendo provisoriamente [ininteligível] e estão superlotando as
1557 outras unidades, a gente está colocando o complexo do Curado, mas como a Wilma
1558 colocou as outras unidades aqui também não estão em situação muito melhor.
1559 Então, você construir a nova unidade, sem corrigir os problemas que permeiam as
1560 outras, isso só dá uma maquiagem de que o estado está apontando alguma
1561 solução, a Fernanda colocou aqui, os presídios já nascem cheios. Eu tenho certeza
1562 que no momento que a nova unidade que está pretendendo ser construída aberta,
1563 ela já vai nascer superlotada, com no mínimo, uns 200% de superlotação. Então,
1564 eu acredito que nós enquanto Sociedade Civil, desde sempre temos esse
1565 posicionamento, que a construção de novos presídios não vai resolver os
1566 problemas, mas tem soluções que já podem ser adotadas desde já no caso do



1567 Complexo do Curado essas soluções já foram apontadas concretamente pela
1568 própria Corte Interamericana. Acho que você quer falar alguma coisa...

1569 **Interlocutor não identificado** – Isso seria discutido com CNJ, Maria Clara?

1570 **Sra. Maria Clara D'Ávila Almeida (Titular - Gabinete de Assessoria Jurídica às**
1571 **Organizações Populares, GAJOP)** – O próprio CNJ, quando a Ministra Maria
1572 Tereza coloca que a população tem que reduzir até 70%, já indica também que isso
1573 não sinceramente envolve a construção de novos presídios também. Eu acho que
1574 sim, vale um diálogo com CNJ, para que isso talvez conste no relatório final, acho
1575 que seria bem positivo, já que não foi publicado ainda no relatório, no final da
1576 correção, mas essa correção é mais emergencial, não é? Então, eu acho que seria
1577 bem positivo que isso fosse incluído sim, um diálogo com se joga nesse sentido e
1578 um posicionamento público talvez do Comitê eu acho que o diálogo com os
1579 representantes e as autoridades sobre isso, até uma sensibilização do próprio
1580 judiciário, acho que a Camila colocou aqui, que chamar o TJPS, seria bem
1581 interessante, e mais resistência, eles negaram todos pedidos em dobro, a questão
1582 está sendo discutida no judiciário. Enfim, acho que precisa dessa sensibilização
1583 também do judiciário para que tenha esse entendimento que as pessoas que não
1584 deveriam estar lá, não estejam lá.

1585 **Interlocutor não identificado** – Eu tenho uma preocupação, já passo para os
1586 colegas com isso, que a administração prisional tem uma competência e ela recebe
1587 os presos de um outro órgão. Então, me pergunto se a gente está conversando com
1588 os órgãos que estaria também na competência até primária de determinar quem vai,
1589 quem fica nos presídios, não é? Essa é a minha preocupação também. Mas
1590 obrigado, Maria Clara. Acho que é isso...

1591 **Interlocutora não identificada** – Eu gostaria de complementar a fala, já que o João
1592 Lança citou o meu nome, então eu gostaria só de dizer uma coisa, a gente precisa
1593 de mais investimento em alternativas penais. Acho que esse era um caminho muito
1594 melhor do que o encarceramento. Eu vou dizer isso a você, porque eu estive agora



1595 no presídio de Caruaru e tinha um jovem, com 18 anos, a primeira prisão além de
1596 tudo ele foi torturado dentro da unidade também, mas ele é uma pessoa com
1597 deficiência, eles só tinham o coro e osso. Como é que sim um encaminha uma
1598 pessoa dessa que precisa de acolhimento está dentro de uma prisão? A gente
1599 precisa de alternativas penais, mas a gente precisa também que o judiciário
1600 internalize isso. O judiciário de Pernambuco ele é muito ainda cognitivista,
1601 encarcerador, essa visão de encarceramento que a gente tem aqui é um absurdo,
1602 quando o CNJ esteve aqui, a gente falou de um preso que era morador de rua, 155,
1603 furto e estava lá esquecido quase a dois anos dentro do cotel, dentro da entrada.
1604 Então, a gente precisa talvez mais essa sensibilização com os órgãos que
1605 encarcera. Você bem disse João Lança, não é? O preso ele não chega na unidade,
1606 porque o Diretor quis, ele chega, porque ele entrou com a ordem judicial. A gente
1607 tem excesso de medidas de prisão preventiva, a gente tem excesso, ou seja, a
1608 gente tem um órgão de estado chamado... Uns órgãos não um... Pacto pela vida
1609 onde a gente tem uma câmara que o judiciário está presente, o executivo está
1610 presente, o Ministério Público está presente e a Defensoria Pública está presente.
1611 Então, a determinação nesse local também ajuda ao encarceramento, porque as
1612 decisões da SDS e de todo mundo são tomadas ali. Então, é muito complexo, não
1613 é tão fácil como a gente imagina, porque são decisões que são tomadas ali, as
1614 pessoas ficam lá preventivamente não sei quantos anos, os processos não são
1615 julgados, são esquecidos, mesmo que se diga que a situação está sendo resolvida.
1616 Não, não, não está sendo resolvida ainda, não está sendo, inclusive, o CNPCP e
1617 ele fala o seguinte, a partir de 10% quando a unidade prisional apresentar a acima
1618 de 10% da sua superlotação, o Diretor já deveria sinalizar ao GMF, ao Conselho da
1619 Comunidade, ao sistema penitenciário a questão sinalizar que já está entrando em
1620 superlotação, até 137,5. Mas isso não acontece na prática, nós não executamos,
1621 quer dizer, eles não executam as questões. Então, a gente tem muito material bom,
1622 mais que não é aplicável ou não se aplica, deu para entender? Então, a gente tem
1623 alternativas penais e a gente tem era uma forma também: " Ah, você quer punir?
1624 Cometer o crime vai ser punido? Vai." Mas vamos ver a lógica, vamos analisar e vê



1625 se essa pessoa estar enquadrada, se tem equipe suficiente para dá apoio, para que
1626 essas pessoas entrem no sistema de alternativas penais. É o que o penso.
1627 Entendeu? Quanto ao complexo, a gente já sabe o que está acontecendo, mas é
1628 preciso se pensar nisso, teve o defensor público para garantir, porque a maioria dos
1629 presos são provisórios lá, inclusive, a unidade para preso provisório é misturado,
1630 preso provisório e presos sentenciados, então, eu acho que a gente, eu acho que o
1631 caminho é começar a organizar a casa daquilo que a gente já tem, não é? Inclusive,
1632 o CNJ traz ainda outra alternativa, que é a questão da observação de vagas. Sim,
1633 outra coisa que precisa ser discutido, dialogado, porque esse não tem vaga no
1634 Recife e o preso vai para onde tem vaga e as outras observações? Então, precisa
1635 se conversar muito. Eu acho que a gente silenciou muito, por muito tempo, o estado
1636 silenciou muito, por muito tempo.

1637 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
1638 Antes de passar a palavra para o Sávio, só vou complementar com uma coisa, que
1639 é muito do que o Comitê pode fazer, porque são questões muito estruturais e
1640 questões que envolve todos poderes e não só, enfim, mas é relação para as amplas
1641 audiências de Custódia, não é? E a volta das audiências presenciais de Custódia é
1642 uma determinação do CNJ, mas que ainda enfrenta uma resistência do judiciário de
1643 incorporar a volta das audiências de Custódia e isso é algo que a gente já fez uma
1644 nota na última RO, mas é algo que a gente pretende trazer de novo, como pauta,
1645 porque é muito importante que a gente esteja nessa discussão nesse momento,
1646 para que não só as pessoas que estejam presas, enfim, mas para evitar que outras
1647 pessoas não sejam empresas, e tem a espaços mais lotados, enfim, com todas as
1648 privações. Então, eu acho que no âmbito do Comitê a gente pode pensar em
1649 alternativas, por exemplo, nessa alternativa já o próprio, a Corte Interamericana ver
1650 o cômputo em dobro, mas que talvez a gente possa fazer uma nota, para que isso
1651 seja considerado como uma jurisprudência para ser aplicada em outros estados
1652 também, fazendo uma recomendação para os estados, para os tribunais de outros
1653 estados, não é? Eu acho que a gente tem que pensar em medidas encaminhativas
1654 aqui, daquilo que a gente pode fazer, daquilo que a gente não pode fazer, que seria



1655 mudar a política de drogas, etc. A gente não vai dar conta, mas enfim, pensar as
1656 coisas no cômputo do Comitê, que podem ser feitas. Eu vou passar a palavra para
1657 o Sávio e depois a gente pode fazer os próprios encaminhamentos aqui parte para
1658 a finalização.

1659 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Obrigado, Vice-Presidência. Eu
1660 acho que a Wilma trouxe um relato bem detalhado aqui, importante, trazendo fatos
1661 importantes para o colegiado. Mateus também ao mesmo tempo nos atualizou
1662 desse diálogo no sistema Interamericano e fundamental essa fala do DEPEN
1663 também, diagnóstico do DEPEN. Lembrando, que o nosso principal problema é com
1664 relação ao pacto federativo, então, o DEPEN apresenta diretrizes, monitora, mas o
1665 estado, ele é o responsável principal para que essa estrutura funcione, então, eu
1666 achei muito importante esse relato do DEPEN, trazendo a situação sobre a análise.
1667 Concordo que nós temos que buscar alternativas penais temos que ter um
1668 acompanhamento próximo, processual para evitar que as pessoas fiquem presas
1669 além do tempo previsto e definido, não é? Mas por outro lado tenho que reses para
1670 a discordância com relação à questão de não construção de novos presídios.
1671 Mecanismos já apresentou em diversos relatos aqui, que a primeira violência que
1672 nós temos é com relação a estrutura e. Nós temos que ter estruturas dignas e isso
1673 passa por construções de novos presídios. Então, para substituir os locais que não
1674 tem condições mínimas de acautelar essas pessoas. Então, esse Comitê eu creio
1675 que não pode ir para esse lado de manifestar pela não construção de novos
1676 presídios. Estaríamos sim provendo futuras violações de direitos. Então, temos que
1677 realmente trabalhar na melhoria dos locais de privação de liberdade, inclusive, o
1678 mecanismo até de forma reiterada, não é? Tem tratado dessas recomendações que
1679 os locais realmente não são adequados e isso só se resolve com construção de
1680 locais adequados e desativação dos locais que não tem condições. Eu registro aqui,
1681 que tem um compromisso logo após do almoço, então eu retiro agora conforme
1682 previsto às 12h, a nossa reunião e agradeço a todos e um bom fim de semana aí.



1683 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
1684 Obrigada, Sávio. Vou passar para Maria Clara, para a gente fazer os
1685 encaminhamentos finais aqui. Acho que a construção desse relatório, acho que
1686 seria importante, inclusive, as informações do DEPEN, também no relatório, mas
1687 vou passar a palavra para você Maria Clara. Enfim.

1688 **Sra. Maria Clara D'Ávila Almeida (Titular - Gabinete de Assessoria Jurídica às**
1689 **Organizações Populares, GAJOP) –** Não, enfim, já deu 12h, não quero estender,
1690 acho que a gente pode aprofundar a construção desse posicionamento político
1691 acerca da construção de novas unidades, porque como foi falado, isso construção
1692 de novos presídios não é a solução para superlotação, isso é só o fato, não é uma
1693 questão controversa. E aí o Comitê pode e deve sim, se posicionar sobre isso. O
1694 estado pode construir quantos presídios queira nas melhores condições possíveis
1695 e isso nunca vai resolver o problema da cultura no Brasil, mas a gente continua em
1696 futuras reuniões e me comprometo a elaborar o relatório e conversar com a Wilma,
1697 com a Camila também sobre sugestões de recomendações e apresento a vocês na
1698 próxima oportunidade.

1699 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –** Ana
1700 Valeska.

1701 **Sra. Ana Valeska (Perita - Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à**
1702 **Tortura - MNPCT) –** Oi, gente eu estava ouvindo aí as colocações dos membros.

1703 **Interlocutor não identificado –** Pela ordem Presidente.

1704 **Sra. Ana Valeska (Perita - Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à**
1705 **Tortura - MNPCT) –** Perdão.

1706 **Interlocutor não identificado –** Pela ordem a Ana, só pela ordem. Presidenta, você
1707 tinha dito que daria a voz a Maria Clara para... É, para fins de encaminhamento e aí
1708 eu quero perguntar, caso e aí ela disse que os encaminhamentos serão propostos
1709 no relatório aprofundado. Eu quero saber se estamos encerrados com essa questão



1710 de encaminhamentos, porque o prolongamento de outros assuntos pode se
1711 prejudicar agora a agenda dos demais colegas, inclusive, a minha, eu tenho que
1712 está no Valparaíso de Goiás daqui a 1h. Então, para saber sobre o andamento da
1713 reunião a partir de agora, por causa de outras agendas.

1714 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
1715 Sim, eu acho que os encaminhamentos estão encerrados, mas eu acho que a gente
1716 pode dá uma breve palavra aqui, que seja de um minuto para a Fernanda e a Ana
1717 Valeska e acho que tem a ver com a questão do que o Sávio disse, na verdade.

1718 **Sra. Ana Valeska (Perita - Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à**
1719 **Tortura - MNPCT) –** É. E tem a ver com um dos encaminhamentos que seria esse
1720 posicionamento político também, não é? Do Comitê, que a gente propor, além das
1721 sugestões se dá a convocação das autoridades, mas também com um que o Comitê
1722 repasse o posicionamento sobre a Constituição em novos presídios como solução.

1723 **Interlocutor não identificado –** Ok. Então...

1724 **Interlocutora não identificada –** Bem que obviamente...

1725 **Interlocutor não identificado –** Agradeça a todos. Eu preciso sair, para atender
1726 esse outro compromisso, a equipe está aqui, com a Natália, está sendo gravado e
1727 a gente tem condições aí de monitorar todos os encaminhamentos se para os
1728 próximos passos. Uma boa quinta-feira para vocês.

1729 **Interlocutora não identificada –** Obrigada, João. Então, Fernanda se vocês
1730 quiserem falar as considerações de maneira rápida.

1731 **Sra. Fernanda da Silva Rodrigues Fernandes (Associação Nacional das**
1732 **Defensoras e Defensores Públicos) –** Obrigada. Só fazer um encaminhamento
1733 em acréscimo ao que a Maria Clara colocou, não é? A Maria Clara falou que vai na
1734 próxima reunião apresentar um relatório e eu coloco para vocês a possibilidade,
1735 Maria Clara, até se você puder complementar a informação, pelo que eu entendi,



1736 esse caso está perante a Comissão ou à Corte Interamericana? Provavelmente a
1737 um relator responsável por esse caso, não é? No sistema Interamericano me coloco
1738 para vocês, já que a Maria Clara vai apresentar um relatório na próxima reunião,
1739 que a eventualidade de a gente convocar para a próxima reunião, convocada não,
1740 convidar para a próxima reunião o relator do sistema Interamericano que
1741 eventualmente sejam responsável pelo caso, para ouvi atualização do próprio
1742 Comitê em relação ao acompanhamento que está sendo feito, inclusive, com a oitiva
1743 dos atores locais. Obrigada.

1744 **Interlocutora não identificada** – Obrigada, Fernanda. Vou passar para a Ana
1745 Valeska e depois para o Cristiano.

1746 **Sra. Ana Valeska (Perita - Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à**
1747 **Tortura - MNPCT)** – Vou ser bem objetiva. Então, gente eu ouvi todas as falas
1748 recentes com relação à questão do Curado, eu acho assim, que até um pouco
1749 concordando, principalmente, com a fala da Wilma e também da Maria Clara, no
1750 sentido de que eu acho que a prioridade agora e é nesse sentido que o mecanismo
1751 nacional reforça é que seja aplicado outras medidas de penas alternativas, revisões
1752 dessas medidas cautelares, análise de progressão de regime, ou seja, a gente evitar
1753 esforços junto às autoridades que têm responsabilidade judiciária e Defensoria do
1754 estado, em fazer um grande mutirão, de rever, eu acho que isso, inclusive, é uma
1755 recomendação que deve sair, que é essencial no relatório do CNJ, verificar,
1756 inclusive, pessoas que já poderiam estar em domiciliar, pessoas que já estão
1757 contempladas com progressão de regime, somas de emissão de pena de alguns
1758 que de repente estão trabalhando e não estão sendo efetivados, eu reforço nesse
1759 sentido enquanto nós mecanismos reforçamos que dê prioridade na revisão dessas
1760 medidas e no desencarceramento. Isso inicialmente é prioridade e a gente espera
1761 contar com apoio também do Comitê nesse sentido junto às autoridades do estado
1762 de Pernambuco.

1763 **Sr. Cristiano Tavares Torquato (Titular - Ministério da Justiça e Segurança**
1764 **Pública, representação do DEPEN)** – Posso falar? Só queria consignar que a



1765 posição do departamento penitenciário nacional foi e tem que ser sempre, não ser
1766 a favor e nem contra encarceramento o desencarceramento, mas na luta para que
1767 qualquer pessoa condenada tenha condições dignas de cumprimento da pena,
1768 daquilo que o judiciário determinou. Então, esse é o posicionamento que se for com
1769 alternativas, seja com monitoramento, seja com prisão, que determina a pena é o
1770 judiciário e o nosso esforço eu não digo nosso enquanto sociedade, enquanto
1771 executivo público tem que ser no sentido de que as dignidades para as pessoas que
1772 vão cumprir a pena seja a pena que o poder judiciário determinar nessa contribuição
1773 final aqui, desejar a todos um bom dia de trabalho.

1774 **Interlocutora não identificada** – A Camila e depois a gente pode encerrar.

1775 **Sra. Camila** – Então, só falando com relação a essa questão da construção ou não
1776 de novas unidades, nós temos uma luta muito intensa de vários anos contra a
1777 construção de novas unidades, porque nós não devemos replicar o modelo que é
1778 falho, que é racista, que é degradante das condições desumanas, modelo que vem
1779 falhando, que é o modelo de encarceramento brasileiro. Nós precisamos dar um
1780 passo atrás e pensar na ressocialização das pessoas e todas as unidades onde nós
1781 chegamos em todos os estados da federação aproximadamente 10% a 12% das
1782 pessoas encarceradas têm acesso a trabalho e a estudo, ou seja, a grande maioria
1783 não tem acesso e estão sujeitas à tortura, estão sujeitas a todo tipo de violação, há
1784 estupro, a exploração econômica como já colocamos na outra Reunião Ordinária do
1785 Comitê, certo? Então, nós precisamos olhar para esses aspectos. Pedregal não faz
1786 ressocialização, o que faz ressocialização é as pessoas terem... Certo? Então, nós
1787 temos que pensar dessa forma, da qualidade e há esse processo de ressocialização
1788 para que as pessoas encarceradas tenham a possibilidade de ser mais e não sejam
1789 destruídas, mas suas subjetividades o que está acontecendo na grande maioria das
1790 prisões brasileiras. Então, isso, não é? A gente do mecanismo a gente sempre
1791 aponta a superlotação como um problema, sempre aponta a falta de estrutura como
1792 um problema, mas nós nunca recomendamos a construção de novas unidades,
1793 porque nós acreditamos que a partir do momento que nós temos novas vagas, nós



1794 criamos uma demanda por encarceramento e o encarceramento por si e ele é uma
1795 medida paliativa, ele não vai fazer a nossa sociedade progredir, ele não vai
1796 apresentar soluções para juventude, principalmente, a juventude preta que a grande
1797 maioria dos encarcerados. Então, eu gostaria que o Comitê realmente tivesse essa
1798 sensibilidade de não se posicionar a favor da construção. Diga. De novas unidades,
1799 por todas essas questões, é só isso.

1800 **Interlocutora não identificada** – Bom, eu queria agradecer. É uma pena que o
1801 Sávio tenha saído, porque ele que tinha afirmado isso, que o mecanismo e a
1802 recomendação por todos os relatórios, que uma coisa não quer dizer outra, não é?
1803 Uma coisa é apontar todas as violações, mas não quer dizer que se tem um
1804 problema estrutural a questão seja da estrutura física do espaço, mas na forma
1805 como ele tinha pensado estruturado, até então que não tinha a ver como RA a sua
1806 construção arquitetônica, aliás, foi feita justamente para torturar as pessoas. Mas
1807 eu acho que a gente vai sei que essa discussão aqui e, não é? Com toda certeza,
1808 e a partidos encaminhamentos também que vão ser feitos pelo próprio relatório da
1809 Maria Clara, com ajuda da Wilma na próxima reunião. Então, eu queria agradecer
1810 a presença de todos e todas e aí nos encontramos presencialmente nos dias 9 e 10
1811 de novembro. Muito obrigada.

1812 **Interlocutor não identificado** – Muito obrigado a todos.

1813 **Interlocutora não identificada** – Obrigada.